

Ministério do Meio Ambiente



PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS - PPCS

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO



Presidência da República

Presidenta Dilma Rousseff

Vice-Presidente Michel Temer

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Ministra Izabella Teixeira

Secretário Executivo Francisco Gaetani

Subsídios para elaboração do

**PLANO DE AÇÃO PARA
PRODUÇÃO E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS - PPCS**

Governo Federal e Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL - SAIC

Secretária: Samyra Crespo

Chefe de Gabinete: Aldenir Paraguassú

Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis

Diretora: Ana Maria Neto

Coordenação Técnica

Samyra Crespo

Laura Valente de Macedo

Equipe Técnica

Ana Carolina Mendes dos Santos

Carla Aparecida Magalhães Carsten Braga de Miranda

Fernanda Altoé Daltro

Gustavo de Oliveira e Silva

Marcelo Aníbal Hasbani

Rivaldo Pinheiro Neto

Vana Tércia Silva de Freitas

Membros do Comitê Gestor 2008-2011

Ministério do Meio Ambiente - coordenação

Ministério da Ciência e Tecnologia

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministério de Minas e Energia

Ministério das Cidades

Ministério da Fazenda

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE

Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABIPTI

Central Sindical envolvida em atividades de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável

Fundação Getúlio Vargas – FGV

Instituto Ethos

Confederação Nacional do Comércio – CNC

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC

Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRES

Subsídios para elaboração do

**PLANO DE AÇÃO PARA
PRODUÇÃO E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS - PPCS**

Governo Federal e Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável

Brasília - DF

23 de novembro de 2011.

Anexo - Antecedentes

1. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Produção Sustentável

No início da era industrial, a resposta à poluição causada por processos produtivos era simplesmente ignorar ou negar o assunto. Eventualmente, passou-se à aplicação de medidas de controle no final do processo industrial e apenas recentemente, uma visão mais sistêmica que inclui a extração de matéria-prima, o uso de energia, o descarte e a prevenção, foi incorporada na administração do ciclo produtivo.

A noção de eficiência e prevenção à poluição começou a ganhar corpo no século XX, a partir dos anos setenta, quando a preocupação com a poluição ambiental causada principalmente pela indústria passou a ser incluída na pauta dos governos e respondida por meio de políticas de comando e controle aplicadas, sobretudo a grandes empresas. Todavia, o debate sobre consumo nesse período ainda era incipiente e restrito a grupos de pressão mais preocupados com a defesa de direitos do consumidor. A partir da década de noventa, impulsionado pelos processos liderados pelas agências das Nações Unidas, o conceito de produção mais limpa (P+L) evoluiu para considerar a cadeia produtiva e o ciclo de vida de produtos e serviços como um todo, inclusive na perspectiva do consumo.

No Brasil, essa evolução também ocorreu, embora de forma irregular e menos abrangente, até o final do século XX. Nos anos sessenta, podem ser encontrados exemplos de legislações específicas e organizações técnicas ou da sociedade civil (ONGs), dedicadas a essas questões, mas é na década de noventa que o ambiente industrial brasileiro passa a incorporar de forma mais ampla procedimentos de reciclagem, prevenção de poluição e outras preocupações com passivos ambientais, ainda essencialmente dentro do modelo de comando e controle, apoiado na regulamentação e na fiscalização pelo Estado.

A despeito disso, o crescimento significativo do consumo e a pressão da demanda pelo incremento da produção continuaram a provocar o aumento de todas as formas de resíduos, assim como a exploração cada vez mais intensa dos recursos naturais. Controlar os malefícios desse modelo,

que implicava inclusive grandes desperdícios, tornou-se um desafio cada vez maior. Resíduos sólidos, efluentes líquidos ou emissões gasosas, significam matérias-primas desperdiçadas nas etapas de produção e que, além de prejuízos econômicos, acarretam consequências desastrosas e muitas vezes irreparáveis ao meio ambiente com reflexos também na saúde e bem-estar da população atingida.

Nesse contexto, surgiu um novo comportamento produtivo que aproveita ao máximo as matérias-primas utilizadas no processo, diminuindo a geração dos resíduos durante a produção chamada de Produção Mais Limpa (P+L). Por meio da P+L é possível observar a maneira pela qual um processo de produção está sendo realizado e detectar em quais etapas deste processo as matérias-primas estão sendo desperdiçadas. Isso permite melhorar o seu aproveitamento e diminuir ou impedir a geração de resíduos.

No decorrer dos anos, o conceito de P+L foi ampliado devido às pressões de ONGs e consumidores, da competição de mercado e de novos instrumentos de políticas públicas. Também contribuíram para isso as crescentes preocupações com o aquecimento global e outras evidências de que o atual paradigma na produção e no consumo está ultrapassando os limites da capacidade de suporte do nosso planeta já gravemente comprometida pelas ações humanas. Em 1999, o PNUMA lançou a *Declaração Internacional de Produção mais Limpa*, um protocolo público de adesão voluntária que tem como objetivo assegurar o compromisso dos países em adotar estratégias de P+L.¹

¹ Publicado no site <http://www.uneptie.org/pc/cp/declaration/home.htm>

O conceito de Produção Mais Limpa (P+L) foi definido pelo PNUMA, no início da década de 1990, como sendo a aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva integrada aos processos, produtos e serviços para aumentar a eficiência e reduzir os riscos ao homem e ao meio ambiente. Aplica-se a:

- **processos produtivos:** inclui conservação de recursos naturais e energia, eliminação de matérias-primas tóxicas e redução da quantidade e da toxicidade dos resíduos e emissões;
- **produtos:** envolve a redução dos impactos negativos ao longo do ciclo de vida de um produto, desde a extração de matérias-primas até a sua disposição final, e
- **serviços:** estratégia para incorporação de considerações ambientais no planejamento e entrega dos serviços.

A evolução do conceito de P+L - passando a incorporar novas variáveis, critérios e princípios e, incluindo com mais ênfase as questões sociais, até então negligenciadas em relação às ambientais - levou à ideia de **“Produção e Consumo Sustentáveis”**. Este conceito, ao reunir as duas pontas do processo produtivo com impacto direto no modelo de desenvolvimento, inclui o conceito de P+L, mas vai além.

Produção Sustentável pode ser entendida como a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais. Acredita-se que esta abordagem preventiva melhora a competitividade² das empresas e reduza o risco para saúde humana e meio ambiente. Vista numa perspectiva planetária, a produção sustentável deve incorporar a noção de limites na oferta de recursos naturais e na capacidade do meio ambiente para absorver os impactos da ação humana (Processo de Marrakesh).

Uma produção sustentável será necessariamente menos intensiva em emissões de gases do efeito estufa, em energia e demais recursos. Uma produção sustentável considera o ciclo completo dos produtos – do berço ao berço (*cradle to cradle*)³ – e busca prolongar a vida útil dos produtos e reaproveitar

² Devido à própria dinâmica do mercado que tornou o desempenho ambiental das empresas um fator de competitividade.

³ Essa abordagem evoluiu do conceito sobre produção “do berço ao túmulo”, onde a vida de um produto é considerada no ciclo apenas até o momento do descarte. A partir da preocupação crescente com as consequências do descarte indiscriminado de produtos, a reciclagem de materiais e produtos, e a entrada de descartados novamente no ciclo produtivo consistem uma nova tendência no processo produtivo. Ver McDonough, William e M. Braungart (2002) *Cradle to Cradle*, New York: North Point Press (196pp)

ao máximo os insumos da reciclagem em novas cadeias produtivas.

Consumo Sustentável

A percepção de que o consumo, e não apenas a produção, é também responsável pela degradação ambiental, passou a fazer parte da literatura ambientalista com o relatório “Os limites do crescimento”, do Clube de Roma, em 1972. O relatório alertava que a Terra não suportaria o aumento populacional acompanhado do consumo crescente. Em 1992 a Agenda 21 Global dedicou um capítulo inteiro à importância da mudança nos padrões de consumo para a sustentabilidade e a comunidade internacional passou a dedicar-se mais à temática.

O PNUMA define Consumo Sustentável como *“o uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso dos recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações”*⁴. Trata-se de um conceito abrangente, que implica práticas e comportamentos consequentes como: comprar somente o necessário, aumentar o uso de fontes de energias renováveis, minimizar a geração de lixo, adotar a abordagem de ciclo de vida aos produtos adquiridos, mudar hábitos, enfim.

⁴ Apud Produção Mais Limpa e o Consumo Sustentável na América Latina e Caribe, 2004. PNUMA, Secretaria do Meio Ambiente, CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental.

Figura 1. Linha do tempo do consumo sustentável no Brasil

1981	Editada a lei que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente.
1987	Surge o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).
1988	Constituição Federal – Artigos diretamente relevantes: 170 e 225. Instituída a Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/SP.
1990	Promulgado o Código de Defesa do Consumidor.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro, lança as bases da Agenda 21, que propõe “mudanças nos padrões de consumo”.
1993	Criação do Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE e do Selo Procel de Economia de Energia – INMETRO, com o objetivo de orientar o consumidor no ato da compra, indicando os produtos que apresentam os melhores níveis de eficiência energética dentro de cada categoria e estimulando a fabricação e a comercialização de produtos mais eficientes.
1995	A Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU documenta o conceito de consumo sustentável: “É o uso de serviços e produtos que respondem às necessidades básicas de toda a população e trazem a melhoria na qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduzem o uso dos recursos naturais e de materiais tóxicos, a produção de lixo e as emissões de poluição em todo o ciclo de vida, sem comprometer as necessidades das futuras gerações.”
1999	Estabelecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.
2003	Decreto Estadual – São Paulo Nº 48.138/03, que dispõe sobre a obrigação de adoção de medidas de redução de consumo e racionalização de água no âmbito da administração pública direta e indireta.
2005	Estabelecimento do Prêmio “Melhores Práticas em A3P”.
2007	Adesão do Brasil ao Processo de Marrakesh.
2008	Firmados os pactos setoriais da soja, da pecuária bovina e da madeira. Inaugurada na cidade paulista de Indaiatuba, a primeira loja verde do Brasil. Primeira campanha do Ministério do Meio Ambiente voltada para o consumo consciente, com o nome “Consumo Consciente de Embalagens: a escolha é sua, o planeta é nosso”.
2009	O Ministério do Meio Ambiente institui 15 de outubro como o Dia Nacional do Consumidor Consciente. Aprovada a Lei que institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas. Lançada a Campanha “Saco é um Saco” pelo MMA em parceria com ABRAS.
2010	Versão preliminar do PPCS é submetida à consulta pública. Instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos após vinte anos de tramitação no Congresso Nacional.
2011	Lançado o Mês de Consumo Sustentável em outubro. Lançamento do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis em seu primeiro ciclo.

Alinhado com o quadro de referência mais amplo do desenvolvimento sustentável, os temas envolvidos em PCS pressupõem uma preocupação que implica a ética entre as gerações. Considerando a aspiração legítima da maioria da população mundial de acesso à qualidade de vida e bem estar, o desafio será equacionar essas demandas com os limites do planeta para abrigar uma população crescente que já atinge sete bilhões de seres humanos. Integrar esses elementos é a questão central de como proporcionar serviços iguais ou superiores para atender aos requisitos básicos e às aspirações para melhoria da qualidade de vida, tanto da geração atual como das futuras, reduzindo continuamente os danos ao meio ambiente e os riscos à saúde humana⁵.

No Brasil, pesquisas de comportamento do consumidor demonstram o lento crescimento no número de “consumidores conscientes”. A pesquisa “O que o brasileiro pensa do meio ambiente”, que traz série histórica de acompanhamento da questão desde 1992, verifica que as questões ambientais continuam distantes do dia a dia, vagando entre o desmatamento da Amazônia e as mudanças climáticas

⁵ www.iisd.ca/linkages/consume/oslo004.html

– como encontramos na edição de 2002: “... o ambientalismo se difunde pelo país mais como ‘defesa da natureza’ do que da qualidade de vida humana” (CRESPO, 2002). A pesquisa de 2006 abordou o consumo sustentável e detectou, no entanto, uma tendência favorável à inclusão do quesito ambiental às escolhas de compra. Outra importante referência de comportamento do consumidor é a série histórica de pesquisa do Instituto Akatu, que indica que em 2010 apenas cerca de 5% dos consumidores brasileiros podem ser considerados “consumidores conscientes”⁶

2. ANTECEDENTES DO PLANO: O PROCESSO DE MARRAKESH



O Plano de Johannesburgo (aprovado na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+10, em 2002) propôs a elaboração de um conjunto de programas, com duração de dez anos (*10 Years Framework Program*), que apoiasse e fortalecesse iniciativas regionais e nacionais para promoção de mudanças nos padrões de consumo e produção.

A fim de cumprir esse mandato, foi estabelecido sob a coordenação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações

Figura 2: Mecanismos do Processo de Marrakesh em PCS



Fonte: Adaptada MMA, 2010. “Frequently Asked Questions: The Marrakesh Process”. United Nations Environment Program (2009): 11.

⁶ Instituto Akatu (2010) Pesquisa 2010: Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro; São Paulo: Instituto Akatu (59pp)

Unidas (UNDESA), o Processo de Marrakesh⁷, que contou também com a participação essencial de governos nacionais, agências de desenvolvimento, setor privado, sociedade civil e outros atores.

A adesão ao Processo de Marrakesh pressupôs o desenvolvimento de atividades que conduzissem à elaboração do Plano de Ação. Para ajudar nessa empreitada, o PNUMA e seus parceiros criaram sete Forças-Tarefa (*Task Forces*)⁸, cada qual encarregada de um tema no contexto do “10-Year Framework of Programmes on SCP – 10YFP” (Johanesburgo 2002) – os resultados deste primeiro marco de programa foram apresentados durante a Décima Nona Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS 19) da ONU, realizada em Nova York em maio de 2011 e, embora a proposição estivesse aprovada pelos membros do grupo de trabalho, não foi tomada a decisão que viabilizasse a implementação do programa a partir de 2012. O Brasil defende que o processo seja retomado durante a Rio+20.

As *Task Forces* (Forças-Tarefa de Marrakesh – MTF) contaram com a participação de especialistas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estes grupos consistiam iniciativas voluntárias, coordenadas pelos governos que, em cooperação com outros países, se propuseram a realizar um conjunto de atividades em nível nacional ou regional, relatando avanços em relação aos objetivos traçados. O intuito das Forças-Tarefa criadas foi o de reunir as experiências mais avançadas em PCS nos países para poder disseminá-las, incluindo manuais metodológicos.

O Brasil aderiu formalmente ao Processo de Marrakesh em 2007, comprometendo-se a elaborar seu Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).

Figura 3: Forças-Tarefa de Implementação do Processo de Marrakesh

Forças-Tarefa de Implementação de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS)



Fonte: Adaptada MMA, 2010. “Frequently Asked Questions The Marrakesh Process”. United Nations Environment Program (2009): 20.

7 A ONU nomeia os documentos e processos oficiais resultantes de suas reuniões de acordo com a cidade sede da reunião. Essa foi realizada em Marrakesh, no Marrocos em 2003, daí o nome Processo de Marrakesh.

8 Forças-Tarefa: 1.Cooperação com a África (liderado pela Alemanha); 2.Produutos Sustentáveis (Reino Unido); 3.Estilos de Vida Sustentáveis (Suécia); 4.Compras Públicas Sustentáveis (Suíça); 5.Turismo Sustentável (França); 6.Edifícios e Construções Sustentáveis (Finlândia); 7.Educação para o Consumo Sustentável (Itália).

3. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPCS

A primeira versão do PPCS foi disponibilizada no site do PNUMA em maio de 2008. Essa versão refletia os trabalhos desenvolvidos ao longo de um ano, iniciados ainda no âmbito Comitê Gestor de Produção mais Limpa, que passou a ser denominado Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável a partir de fevereiro daquele ano (Portaria MMA nº 44, de 13/02/2008). A elaboração do Plano envolveu um amplo e diversificado grupo de organizações da sociedade brasileira – tanto governamentais quanto não governamentais – sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A primeira versão incluía a definição dos principais conceitos, antecedentes e seu escopo, bem como a indicação das estruturas com as quais contaria e a definição de um conjunto de 17 prioridades, designando os responsáveis por implementá-las.

Com vistas a contribuir para a Cúpula do Clima em Copenhague, o MMA iniciou nesse mesmo ano a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), lançado em dezembro. Dada a conexão entre os temas foi tomada a decisão, após consulta ao Comitê Gestor, de rever o PPCS para compatibilizá-lo com o Plano para o clima, identificando sinergias e pontos de confluência de modo a permitir que as ações previstas em ambos os planos pudessem conjugar resultados no atingimento de objetivos iguais ou semelhantes.

Entre 2009 e 2010 foi feita a revisão do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis pela equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente, o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis, e parceiros. Nesse mesmo período foi elaborado um Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações para o Meio Ambiente (PNUMA) para apoiar estudos, consultorias e elaboração de manuais metodológicos necessários ao processo de implementação do Plano.

Entre setembro e novembro de 2010, o Plano foi disponibilizado para ampla consulta pública no site do MMA. O presente documento incorpora as contribuições desse processo, assim como as atualizações no período entre dezembro de 2010 e setembro de 2011.

Em 2010 foi decidida a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser sediada pelo Rio de Janeiro em junho de 2012, e que vem sendo chamada de Rio+20. Embora não se espere um documento com o peso das convenções de clima e biodiversidade adotadas em 1992, a expectativa é de que o resultado da Rio+20 leve em consideração as principais crises recentes da economia global e de clima para definir os rumos do desenvolvimento humano baseados em uma economia verde e mais inclusiva.

4. MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

A Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera (UNESCO), realizada em Paris no ano de 1968, pode ser considerada como o primeiro marco na regulamentação sobre meio ambiente em nível global⁹.

A partir de então, foram adotadas diversas convenções internacionais nesse sentido¹⁰, até a realização da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano, em 1972. Dez anos depois a Assembleia Geral da ONU convocou nova conferência com o tema “meio ambiente e desenvolvimento” e, em 1983, instituiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Essa comissão produziu um relatório sobre o estado do planeta, o Relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, onde se consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável com sendo aquele que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer

9 UNGARETTI, Wladimir Netto. Empresariado e ambientalismo: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil. São Paulo: Annablume, 1998, p. 49.

10 Como exemplos, cita-se a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (Bruxelas - 1969) e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 79.437/1977; Convenção Relativa à Responsabilidade Civil no Campo do Transporte Marítimo de Material Nuclear (Bruxelas - 1971); Convenção Relativa às Zonas Úmidas de Importância Internacional, Particularmente como Habitat das Aves Aquáticas (Irã - 1971); Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Paris - 1972); Convenção sobre Prevenção de Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias (Londres - 1972); Convenção para a Conservação das Focas Antárticas (Londres - 1972).

capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”¹¹.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, também conhecida como Cúpula da Terra, Rio 92 ou Eco-92), com o subsídio do Relatório Brundtland e do I Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), entre outros, gerou cinco documentos basilares: a Declaração do Rio, a Agenda 21¹², a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) e a Declaração de Princípios sobre Florestas.

Embora uma série de conferências temáticas para a implementação dos acordos da Rio 92 tenha se seguido, inclusive a Conferência de Johannesburgo em 2002¹³, a Rio 92 continua como o principal marco institucional e legal para as ações internacionais e nacionais rumo à sustentabilidade, tendo dado origem às principais convenções internacionais sobre questões ambientais globais. No caso do tema de produção e consumo, porém, o mandato para ação das nações signatárias encontra-se no Parágrafo 15 do Plano de Implementação de Johannesburgo, que deu início a partir de 2003, ao chamado “Processo de Marrakesh sobre Produção e Consumo Sustentáveis”¹⁴.

Em 2010 foi decidida a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser sediada pelo Rio de Janeiro em junho de 2012 e que vem sendo chamada de Rio+20. Embora não se antecipe um documento com o peso das convenções de clima e biodiversidade adotadas em 1992, a expectativa é de que

11 O Relatório Nosso Futuro Comum (Our Common Future), foi publicado em 1987 e foi a principal referência para o desenvolvimento da temática da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

12 Principal documento da Rio 92, consiste em um plano de ação para a construção de sociedades sustentáveis, dividido em 40 capítulos temáticos, cuja metodologia se baseia em processos decisórios participativos.

13 A Conferência de Johannesburgo, Rio+10 resultou na adoção das 8 Metas do Milênio: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade na infância; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental e 8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

14 Vide item sobre o Processo de Marrakesh na Seção I – Antecedentes e Contexto deste documento.

o resultado da Rio+20 leve em consideração as principais crises recentes da economia global e de clima para definir os rumos do desenvolvimento humano baseados em uma economia verde e mais inclusiva. O governo brasileiro, em sua contribuição ao documento, propõe a retomada das “tratativas internacionais sobre o tema [PCS], resolvendo pendências conceituais e definições quanto aos compromissos financeiros e de transferência de tecnologia, bem como os arranjos de implementação. Ambiciona-se assim, que na Rio+20 a comunidade internacional adote um Pacto Global para Produção e Consumo Sustentáveis, tendo como referência os avanços alcançados no âmbito do Processo de Marrakesh.”¹⁵

No Brasil, a ordem jurídica ambiental de escala nacional teve início com a criação no âmbito do Poder Executivo federal da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)¹⁶. Mais tarde, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente para assegurar o desenvolvimento do país e garantir a preservação dos recursos naturais.

No ano de 1988, a assembleia constituinte aprovou a nova Constituição Federal, cujo capítulo dedicado ao meio ambiente é considerado um dos mais modernos do constitucionalismo mundial, em seu artigo 225 consagra o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado às presentes e futuras gerações.

A proteção ambiental também é garantida pelo artigo 170 da Constituição sobre a ordem econômica: “fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa”, para “assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”, inclusive por meio do direito do consumidor, conforme o inciso V e da proteção ambiental, conforme o inciso VI.

15 Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20 - disponível em www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/rio20_propostasbr_182.pdf

16 A SEMA foi criada pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, no Ministério do Interior. Este decreto foi alterado pelo Decreto nº 99.604, de 13 de outubro de 1990, que tornou a SEMA órgão de assistência direta do Presidente da República. Atualmente, após históricas mudanças, vigora o Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que dispõe sobre as competências do Ministério do Meio Ambiente.

Outras leis brasileiras têm sido pioneiras ao regular a proteção dos recursos naturais e a atuação dos agentes econômicos com o fim de promover a mudança dos padrões de produção e consumo. É o caso da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal alterado pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. O Código Florestal orienta a racionalização do uso da cobertura vegetal¹⁷.

A Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, reconhece a água como recurso natural dotado de valor econômico; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente¹⁸, regulamentada pelo Decreto 3.179 de 1999; e, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

Diretamente relacionada aos padrões do sistema econômico atuais, a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), adota como uma de suas diretrizes o estímulo e o apoio à manutenção e à promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo (art. 5º, XII, 'b').

Regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, a PNMC contempla a meta de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) de 36,1% a 38,9%, fator contributivo para o desenvolvimento de sistemas produtivos e bens de consumo mais sustentáveis. Alguns Estados também criaram suas políticas locais com ações de mitigação e adaptação como, por exemplo: Amazonas – Lei Estadual 3.135/2007; Espírito Santo – Lei Estadual nº 9.531/2010; Goiás – Lei Estadual nº 14.497/2009; Rio de Janeiro – Lei Estadual nº 5.690/2010; São Paulo – Lei Estadual nº 13.798/2009; Pernambuco – Lei Estadual nº 14.090/2010; Santa Catarina – Lei Estadual nº 14.829/2009.

¹⁷ Ver Resolução CONAMA nº 369/06, que “dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP”.

¹⁸ Lei de Crimes Ambientais, acessível em <http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/lei.html>

Da mesma forma, a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos (PNRS), objetiva estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo e incentivar a indústria da reciclagem. A PNRS está regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que dentre seus destaques, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa. Algumas leis, decretos e resoluções já a promovem no País tais como: Lei nº 11.445/2007 regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010, Lei nº 7.802/1989, regulamentada pelo Decreto nº 4074/2005, Decreto nº 5.940/2006, Resolução CONAMA 416/2009, Resolução CONAMA 362/2005, Resolução CONAMA 307/2002 e Resolução CONAMA Nº 257/99.

Por fim e alinhado à PNRS, ressalta-se o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que determina a realização de coleta seletiva de resíduos da Administração Pública Federal e sua destinação a associações e cooperativas de catadores de produtos recicláveis, bem como a Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que define critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras na esfera pública federal.

Os mecanismos de comando e controle citados acima têm em comum o fato de orientarem os agentes econômicos e a sociedade brasileira rumo ao desenvolvimento sustentável e constituem o marco legal para o PPCS.

Em seguida são identificadas as principais afinidades entre o PPCS e as políticas estruturantes, prioritárias para o primeiro ciclo.

A Política Nacional e o Plano sobre Mudança do Clima

O PPCS se propõe como instrumento de implementação para a Política Nacional de Mudança do Clima, complementando seu Plano Nacional de Mudança do Clima. Este foi lançado no final de 2008, mas seus objetivos e metas passaram a ser vinculantes com a Lei que instituiu a Política Nacional de Mudança do Clima em dezembro de 2009.

Os sete objetivos específicos do Plano do Clima são diretamente relacionados aos objetivos e ações de PCS, na medida em que as propostas concretas para sua consecução recomendam ação integrada, tanto pelo lado da produção, quanto do consumo.

A revisão do PPCS em 2009/2010 fortaleceu as interfaces com o Plano do Clima ao prever o desenvolvimento

de iniciativas conjuntas. A comparação entre os dois Planos levou o Comitê Gestor a sugerir ainda, novas ações relacionadas à eficiência energética, ao combate ao desperdício, e à criação e expansão de mercados *para produtos florestais sustentáveis*, uma referência explícita ao Plano do Clima. Na figura 6, identificam-se os principais pontos de afinidade entre a PNMC, seu plano e o PPCS.

Figura 4. Quadro de afinidades entre PNMC e PPCS

Objetivos da Política Nacional da Mudança do Clima (PNMC)	Objetivos gerais do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)
<p>A PNMC visa (entre outros):</p> <p>I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático;</p> <p>II - à redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes;</p> <p>VIII - ao estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões - MBRE.</p> <p><i>Parágrafo único:</i> Os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.</p>	<p>Fomentar no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS, tal como estabelecido pelo Processo de Marrakesh, compartilhando com os nossos parceiros nacionais e internacionais o esforço por promover também a sustentabilidade no plano global;</p> <p>Integrar a iniciativa de disseminação de produção e consumo sustentáveis (PCS) ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas, e também a outras frentes prioritárias para a sociedade brasileira, como o combate à pobreza, a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais.</p>
Objetivos do Plano do Clima	Prioridades do PPCS afins
<p>Fomentar <i> aumentos de eficiência</i> no desempenho dos setores da economia na busca constante do alcance das melhores práticas.</p>	<p>Varejo e consumo sustentáveis;</p> <p>Educação para o consumo sustentável;</p> <p>Aumento da reciclagem de resíduos sólidos;</p> <p>Compras públicas sustentáveis;</p> <p>Promoção de PCS em construção sustentável;</p> <p>Inovação e difusão de tecnologias em PCS;</p> <p>Fomento à produção e consumo sustentáveis.</p>
<p>Buscar manter elevada a participação da <i>energia renovável</i> na matriz elétrica, preservando a posição de destaque que o Brasil sempre ocupou no cenário internacional.</p>	<p>Aumento da reciclagem de resíduos sólidos;</p> <p>Compras públicas sustentáveis;</p> <p>Promoção de PCS em construção sustentável;</p> <p>Inovação e difusão de tecnologias em PCS;</p> <p>Rotulagem para expansão de biocombustíveis.</p>

<p>Fomentar o aumento sustentável da participação de <i>biocombustíveis</i> na matriz de transportes nacional e ainda, atuar com vistas à estruturação de um mercado internacional de biocombustíveis sustentáveis.</p>	<p>Inovação e difusão de tecnologias em PCS; Fomento à produção e consumo sustentáveis; Rotulagem para expansão sustentável do uso de biocombustíveis.</p>
<p>Buscar a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quadrienal, em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o <i>desmatamento ilegal zero</i>.</p>	<p>Varejo e consumo sustentáveis; Educação para o consumo sustentável; Compras públicas sustentáveis; Promoção de PCS em construção sustentável; Integração de políticas em PCS; Agricultura e pecuária sustentáveis; Estímulo à criação e expansão de negócios /mercados com inclusão social e menor impacto ambiental.</p>
<p>Eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil, até 2015.</p>	<p>Varejo e consumo sustentáveis; Educação para o consumo sustentável; Compras públicas sustentáveis; Promoção de PCS em construção sustentável; Integração de políticas em PCS; Agricultura e pecuária sustentáveis; Estímulo à criação e expansão de negócios/ mercados com inclusão social e menor impacto ambiental.</p>
<p>Fortalecer ações intersetoriais voltadas para redução das vulnerabilidades das populações.</p>	<p>Educação para o consumo sustentável; Aumento da reciclagem de resíduos sólidos; Promoção de iniciativas em construção sustentável; Integração de políticas em PCS; Fortalecimento de uma articulação nacional em PCS; Agricultura e pecuária sustentáveis; Fomento a produção e consumo sustentáveis; Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia; Estímulo à criação e expansão de negócios/ mercados com inclusão social e menor impacto ambiental.</p>
<p>Procurar identificar os impactos ambientais decorrentes da mudança do clima e fomentar o <i>desenvolvimento de pesquisas científicas</i> para que se possa traçar uma estratégia que minimize os custos socioeconômicos de adaptação do País.</p>	<p>Integração de políticas em PCS; Fortalecimento de uma articulação nacional em PCS; Inovação e difusão de tecnologias em PCS; Desenvolvimento de indicadores em PCS; Divulgação e capacitação em PCS; Fomento à produção e consumo sustentáveis; Rotulagem e análise do ciclo de vida; Estímulo à criação e expansão de negócios/ mercados com inclusão social e menor impacto ambiental.</p>

Fonte: elaboração própria

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei nº 12.305, de 03 de agosto de 2010, estabelece novos princípios, objetivos e instrumentos para a gestão de resíduos sólidos no Brasil. Pelo princípio da **responsabilidade compartilhada**, talvez o principal marco conceitual da nova Lei, os geradores de resíduos públicos e privados, incluindo os consumidores, têm responsabilidade definida e devem cooperar para que os objetivos da PNRS sejam alcançados.

Embora o foco da Lei seja a **gestão de resíduos**, referindo-se, sobretudo, à disposição e destinação adequadas, diz respeito tanto aos resíduos gerados no processo industrial (de fabricação dos produtos) como em sua fase de comercialização, consumo e pós-consumo, alcançando sua competência, portanto, em todas as etapas do ciclo, que vai da produção ao pós-consumo (quando os produtos não têm mais vida útil).

No PNRS, como no PPCS, fica estabelecida a necessidade de se rever todo o processo de produção e o ciclo de vida dos produtos, incluindo o reaproveitamento de materiais descartados na fase pós-consumo e destinação adequada

dos rejeitos (o que não tem aproveitamento). Assim, não só a PNRS está totalmente alinhada com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, como este é na verdade, um dos instrumentos de sua aplicação prática.

A Lei considera como geradores de resíduos sólidos todas as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo (Art. 3º, IX). Desta maneira deixa clara a responsabilidade de todos – industriais, empresários, poder público e consumidores – tanto na busca pela diminuição dos resíduos gerados na fonte (produção), quanto na fase intermediária (distribuição, comercialização) e ainda, nas atividades diárias de consumo.

Como a PNMC, essa política propõe ainda o estabelecimento de um plano de ação próprio, cuja versão para discussão pública foi elaborada no primeiro semestre de 2011 pela Secretaria de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Urbano (SRHU) do MMA.

A identidade da PNRS com as ações previstas no PPCS é total e inseparável, como destacamos no quadro comparativo a seguir:

Figura 5. Quadro de afinidades entre a PNRS e o PPCS

Objetivos da PNRS (art. 7º)	Prioridades do PPCS afins
II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como na disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.	Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis; Varejo e consumo sustentável; Aumento da reciclagem de resíduos sólidos; Educação para o consumo sustentável; Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P; Compras públicas sustentáveis.
III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.	Educação para o consumo sustentável; Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P; Compras públicas sustentáveis.
IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais.	Inovação e difusão de tecnologias em PCS; Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis.

Objetivos da PNRS (art. 7º)	Prioridades do PPCS afins
VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados.	Aumento da reciclagem de resíduos sólidos; Compras públicas sustentáveis; Inovação e difusão de tecnologias em PCS; Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis.
XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais para: a) produtos reciclados e recicláveis.	Compras públicas sustentáveis; Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P; Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis.
b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.	
XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto.	Rotulagem e análise do ciclo de vida; Inovação e difusão de tecnologias em PCS; Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis.
XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético.	Varejo e consumo sustentáveis; Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P; Educação para o consumo sustentável; Aumento da reciclagem de resíduos sólidos; Compras públicas sustentáveis; Promoção de iniciativas de PCS em construção sustentável; Integração de políticas em PCS; Fortalecimento da articulação nacional em PCS; Inovação e difusão de tecnologias em PCS ; Desenvolvimento de indicadores em PCS ; Divulgação e capacitação em PCS; Agricultura e pecuária sustentáveis ; Fomento a produção e consumo sustentáveis; Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia; Rotulagem e análise do ciclo de vida; Rotulagem para expansão sustentável do uso de biocombustíveis; Estímulo à criação e expansão de negócios/ mercados com inclusão social e menor impacto ambiental.
XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.	Rotulagem e análise do ciclo de vida; Educação para o consumo sustentável.

Fonte: elaboração própria

O PPCS delinea prioridades que estimularão a produção e consumo sustentáveis no País, o que reduzirá a geração de resíduos e promoverá o melhor aproveitamento de matérias-primas e materiais recicláveis. A PNRS por sua vez, ao redefinir o olhar dos diversos setores sobre os resíduos sólidos, determinando responsabilidades compartilhadas e instrumentos com impactos diretos sobre o processo produtivo e também sobre os consumidores, favorece o cenário para que as ações do PPCS sejam concretizadas.

O Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil sem Miséria tem como objetivo geral a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza. Nesse sentido aborda três questões específicas: a elevação da renda familiar *per capita*; a ampliação do acesso a serviços públicos às ações de cidadania e de bem estar social; e a ampliação do acesso às oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.

A dimensão ambiental está contemplada no seu objetivo específico *Inclusão Produtiva* com o programa **Bolsa Verde**. Trata-se de transferência de recursos financeiros às famílias do Programa Bolsa Família em situação de extrema pobreza em áreas protegidas, para que produzam de forma a conservar os ativos ambientais.

O público elegível para acessar às transferências são as famílias que vivam ou trabalhem em Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas Federais de Desenvolvimento Sustentável, ou em projetos de assentamento ambientalmente diferenciados.

Nesse contexto, a sinergia entre os dois Planos se dá por meio de pagamento por serviços ambientais compatíveis com o processo produtivo, assim essas famílias obtêm renda para sua sobrevivência ao mesmo tempo em que protegem o meio ambiente.

Outros programas do governo brasileiro voltados para a agricultura familiar que estimulem o cultivo de orgânicos, por exemplo, também têm afinidade com o PPCS.

O Plano Brasil Maior

O Plano Brasil Maior constitui a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio para o período de 2011 a 2014. Tem como foco o estímulo à inovação e à competitividade da indústria nacional, além de estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas e projetos em parceria com a iniciativa privada.

Esse Plano abrange instrumentos de vários Ministérios e Órgãos do Governo Federal com o objetivo de coordenar as iniciativas e programas, num esforço integrado e abrangente de geração de emprego e renda.

São cinco as orientações estratégicas que norteiam as ações do Plano Brasil Maior: promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico; criar e fortalecer competências críticas da economia nacional; aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor; ampliar os mercados interno e externo das empresas brasileiras; e por fim, garantir um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

Com o propósito de ordenar as ações que se desenvolverão no âmbito do Plano Brasil Maior, foi dividido em duas dimensões: a dimensão estruturante, que visa a melhoria da eficiência produtiva, a modernização tecnológica e ao aumento da produtividade da indústria brasileira em escala internacional e a dimensão sistêmica, de natureza horizontal e transversal, voltada para o aumento da eficiência econômica.

Nesse contexto, a dimensão ambiental encontra-se em relevo entre as medidas que serão desenvolvidas dentro de dois grandes temas estruturantes: Produção Sustentável e Bem-Estar do Consumidor.

A Produção Sustentável orienta o estabelecimento de estratégias e ações em:

- *Ecodesign*, em busca de melhorias de produtos e processos para a produção mais limpa;

- Construção modular para a redução de resíduos em obras de construção civil;
- Definição de critérios de sustentabilidade para edificações;
- Apoio ao desenvolvimento de cadeias de reciclagem (em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Desenvolvimento regional sustentável a partir de competências e recursos disponíveis localmente, cujos parâmetros devem se adequar ao macrozoneamento ecológico-econômico do país;
- Estímulo ao desenvolvimento e à adoção de fontes renováveis de energia pela indústria (em consonância com a Política Nacional de Mudança do Clima e com as iniciativas de conservação e otimização do uso de energia previstas na Política Nacional de Energia).

Já o tema do Bem-Estar do consumidor, que tem como foco a ampliação da qualidade da oferta de bens e serviços ao consumidor, incorpora preocupações com:

- (i) acessibilidade e comodidade, baseadas em modelos de negócios e condições de créditos mais adequados ao consumidor;
- (ii) conformidade aos padrões e normas mundiais, contemplando especialmente os regulamentos relativos à saúde, à segurança e à sustentabilidade ambiental; e
- (iii) ampliação da variedade de produtos e serviços, melhoria logística e eficiência na cadeia de suprimentos.

Importante destacar-se ainda, que a partir das dimensões sistêmica e estruturante, foram estabelecidos objetivos estratégicos para a construção de um conjunto de metas e indicadores destinados a orientar a execução e monitoramento desse Plano. E entre essas metas, a que estabelece que até 2014 o consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo (tep), deverá ser reduzido dos atuais 150,7 tep/R\$ milhão para 137,0 tep/R\$ milhão.

Outras políticas nacionais

O PPCS considera ainda outras importantes políticas nacionais como: as de biodiversidade, recursos hídricos, energia, saúde, educação ambiental e inovação tecnológica, na definição de suas metas e objetivos. Entretanto, cumprindo seu mandato conferido pelo Processo de Marrakesh, explicita aqui as relações com a política do clima, a sustentabilidade e o combate à pobreza. Como se trata de um plano articulado com essas políticas, algumas mais específicas estão sob a governabilidade de outros planos e secretarias do MMA.

As políticas de energia têm forte ligação com a questão climática e impactam as ações de produção e consumo. O Plano Decenal de Expansão da Energia (PDE 2020), por exemplo, prevê um aumento de 100% na participação das fontes alternativas nesta década (eólica, biomassa e pequenas hidrelétricas) na matriz energética nacional. Vale lembrar que o conjunto das fontes renováveis de energia (incluindo a hidráulica e o etanol, entre outras), já soma 44.8% dos recursos energéticos do país. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), espera-se que esta participação chegue a 46.3% até 2020¹⁹.

Portanto, neste primeiro ciclo não serão detalhadas as conexões e sinergias com as políticas temáticas que não foram citadas, embora estejam implícitas no conjunto das ações desenvolvidas no âmbito do PPCS.

¹⁹ Detalhes do PDE 2020, assim como o Balanço Energético Nacional (BEN) e o Plano Nacional de Energia (PNE) podem ser acessados no site da Empresa de Pesquisa Energética –EPE em www.epe.gov.br/

5. CONEXÕES E SINERGIAS

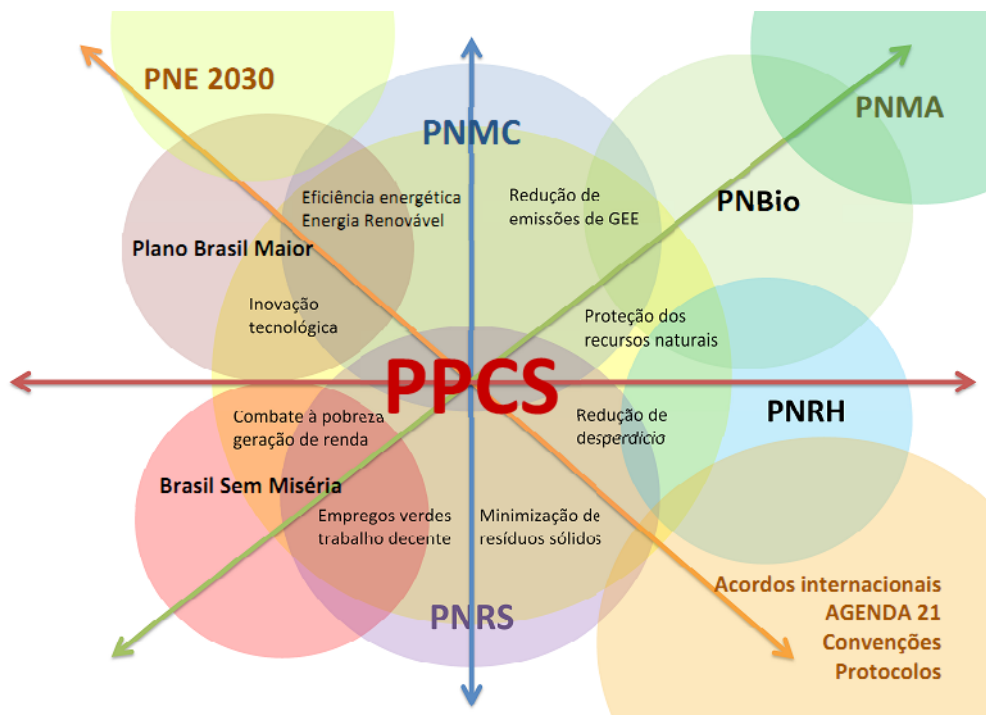
A fim de atender um dos principais objetivos do Plano, que é internalizar a questão de produção e consumo sustentáveis nas políticas de governo, foram identificadas as conexões e sinergias do PPCS com as políticas estruturantes e demais Planos Nacionais do Governo Federal. Esse esforço permite encontrar soluções efetivas, evitando a duplicação de ações e transmitindo à sociedade a ideia de integração e a transversalidade das políticas públicas.

Embora nem sempre estejam explicitadas neste primeiro ciclo do PPCS, as relações com outras políticas, como a Política de Biodiversidade e a Política Nacional de Recursos Hídricos estão internalizadas em prioridades e ações do próprio PPCS. No âmbito internacional, a Convenção de Combate à Desertificação e o Protocolo de Montreal são exemplos de marcos legais e institucionais que também norteiam ações do PPCS.

Os Planos Brasil Sem Miséria e Brasil Maior, o Plano Nacional de Mudança do Clima e a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecem metas e diretrizes que foram incorporadas ao PPCS. Trata-se da construção de esforços simultâneos e integrados contra a extrema pobreza, o incentivo à busca por maior eficiência produtiva da economia, o enfrentamento das consequências da mudança do clima global e a busca por soluções para a gestão dos diversos tipos de resíduos gerados, em sintonia com a busca de processos produtivos e hábitos de consumo mais sustentáveis.

Na figura 6 abaixo, veem-se os eixos do PPCS articulados com outras políticas por meio das ações e objetivos comuns. Essas políticas também apresentam sinergias e conexões entre si. Na figura 7, um quadro resumo lista as ações e objetivos das principais políticas nacionais com o PPCS.

Figura 6. Conexões e sinergia do PPCS com outras políticas nacionais



Fonte: elaboração própria

Figura 7. Quadro resumo das conexões das principais políticas brasileiras com o PPCS

Objetivos Brasil Sem Miséria	Objetivos da PNMC	Objetivos da PNRS	Objetivos do Brasil Maior
<p>No objetivo específico <i>Inclusão Produtiva</i> o programa Bolsa Verde, onde há a transferência de recursos financeiros para famílias do programa bolsa família em situação de extrema pobreza para que estas produzam de forma que conservem os ativos ambientais.</p>	<p>I- Fomentar aumentos de eficiência no desempenho dos setores da economia na busca constante do alcance das melhores práticas;</p>	<p>II - Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como na disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.</p>	<p>A Produção Sustentável orienta o estabelecimento de estratégias e ações em:</p>
	<p>II- Buscar manter elevada à participação da energia renovável na matriz elétrica, preservando a posição de destaque que o Brasil sempre ocupou no cenário internacional;</p>	<p>III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;</p>	<p>(i) <i>ecodesign</i>, em busca de melhorias de produtos e processos para a produção mais limpa;</p>
	<p>III- Fomentar o aumento sustentável da participação de biocombustíveis na matriz de transportes nacional e ainda, atuar com vistas à estruturação de um mercado internacional;</p>	<p>IV - Adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;</p>	<p>(ii) Construção modular para a redução de resíduos em obras de construção civil;</p>
	<p>IV- Procurar identificar os impactos ambientais decorrentes da mudança do clima e fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas para que se possa traçar uma estratégia que minimize os custos socioeconômicos de adaptação do País.</p>	<p>VI - Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;</p>	<p>(iii) definição de critérios de sustentabilidade para edificações;</p>

Objetivos Brasil Sem Miséria	Objetivos da PNMC	Objetivos da PNRS	Objetivos do Brasil Maior
		<p>XI - Prioridade, nas aquisições e contratações governamentais para:</p> <p>a) produtos reciclados e recicláveis;</p> <p>b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;</p>	<p>(iv) Apoio ao desenvolvimento de cadeias de reciclagem (em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos);</p>
		<p>XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto.</p>	<p>(v) desenvolvimento regional sustentável a partir de competências e recursos disponíveis localmente, cujos parâmetros devem se adequar ao macro-zoneamento ecológico-econômico do país.</p>

6. AS PRIORIDADES DO PPCS

Ao longo do processo de elaboração de suas versões anteriores o Comitê Gestor identificou um conjunto de 17 temas prioritários que constituem a estrutura do PPCS:

- **Educação para o consumo sustentável** – Para conceber e por em prática instrumentos como pesquisas, estudos de caso, guias e manuais, campanhas e outros, para sensibilizar e mobilizar o indivíduo/consumidor, visando as mudanças de comportamento por parte da população em geral;
- **Compras públicas sustentáveis** – Para impulsionar a adoção das compras públicas sustentáveis no âmbito da administração pública, nas três esferas e níveis de governo, incentivando setores industriais e empresas a ampliarem seu portfólio de produtos e serviços sustentáveis, induzindo com essa dinâmica a ampliação de atividades compatíveis com a economia verde (*green economy*) ou de baixo carbono;
- **Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P** – Para consolidar a A3P como marco referencial de responsabilidade socioambiental no governo;
- **Aumento da reciclagem de resíduos sólidos** – Para incentivar a reciclagem no País, tanto por parte do consumidor como por parte do setor produtivo, promovendo ações compatíveis com os princípios da responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos e da logística reversa, conforme estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Neste quesito cabe também incentivar a indústria da reciclagem com inclusão social (inserção dos catadores);
- **Varejo e consumo sustentáveis** – Para discutir a percepção do setor varejista a respeito da inserção de práticas de sustentabilidade nas suas operações e o seu papel na promoção do consumo sustentável por meio de ações condizentes com as premissas e objetivos do PPCS;
- **Promoção de iniciativas em construção sustentável** – Para induzir o setor da construção civil e o de infraestrutura como estradas, portos e outros, a adotar práticas que melhorem o *desempenho socioambiental*, desde o projeto até a construção efetiva, passando por criteriosa seleção de materiais e alternativas menos impactantes ao ambiente e à saúde humana;
- **Integração de políticas em PCS** – Integrar o PPCS às demais políticas de produção e consumo na área de desenvolvimento econômico, atuar em cooperação internacional com o Plano de PCS do MERCOSUL e com o Processo de Marrakesh;
- **Fortalecimento de uma articulação nacional em PCS** – Para organizar iniciativas para otimizar recursos e esforços, no sentido de promover e implementar ações articuladas de PCS em âmbito nacional;
- **Inovação e difusão de tecnologias em PCS** – Para promover a gestão do conhecimento em produção e consumo sustentáveis, com ações que visem desenvolver *design* inovador de serviços e soluções que considerem as variáveis da *ecoeficiência* e outros cenários, como a nanotecnologia ou “desmaterialização” da economia – como diferencial competitivo e estratégico para as empresas brasileiras;
- **Desenvolvimento de indicadores em PCS** – Para gerar informações que subsidiem o desenvolvimento de políticas públicas focadas em produção e consumo sustentáveis, mobilizando instituições produtoras de informação como o IBGE e o IPEA (âmbito governamental) e centros de excelência das universidades federais e estaduais, públicas e privadas;
- **Divulgação e capacitação em PCS** – Para divulgar conceitos, disseminar conhecimentos e informações

relevantes ligados ao tema PCS, junto ao setor produtivo, governos e sociedade civil;

- **Agricultura e pecuária sustentáveis** – Para estimular a proteção da biodiversidade e a redução do desmatamento/emissão de gases de efeito estufa (GEE), por meio da expansão de possibilidades que valorizem a floresta em pé; e incentivar a adoção de práticas agrícolas e pecuárias visando à redução dos impactos ambientais e o desmatamento;
- **Fomento a produção e consumo sustentáveis** – Para promover iniciativas que levem os gastos públicos e o sistema bancário a se comprometerem cada vez mais a considerar na oferta de crédito e financiamento, bem como na compra de produtos e serviços, os critérios de sustentabilidade, contribuindo desta forma para induzir a correção, a mitigação, e também um crescente mercado de negócios sustentáveis;
- **Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia** – Para incentivar a adoção de práticas economizadoras de energia pelos consumidores (pessoa físicas e jurídicas), promovendo acesso a opções mais eficientes e fomentar o aprimoramento e a aplicação de tecnologias para a geração e aproveitamento de energia renovável;
- **Rotulagem e análise do ciclo de vida** – Para consolidar a rotulagem ambiental como instrumento

de desenvolvimento de novos padrões de consumo e produção sustentáveis mediante a mobilização das forças de mercado, aumentar o número de especialistas brasileiros em rotulagem ambiental, aumentar o número de produtos com análise de ciclo de vida (ACV) de forma que não seja apenas um rótulo midiático, mas orientador do consumo responsável;

- **Rotulagem para expansão sustentável do uso de biocombustíveis** – Para garantir que a expansão na produção e uso de biocombustíveis seja feita de modo sustentável, proporcionando aos consumidores condições de escolhas mais adequadas;
- **Estímulo à criação e expansão de negócios / mercados com inclusão social e menor impacto ambiental** – Para disseminar o conceito “mercados/negócios inclusivos” - novos modelos e práticas corporativas que promovam a inclusão social; criar e disseminar produtos e processos inovadores acessíveis a populações carentes; fornecer à população necessitada de acesso à renda por meio de negócio, oportunidades, emprego, bens de consumo e serviços de forma a possibilitar uma melhoria na qualidade de vida; estimular o setor produtivo à inclusão social (gerando produtos, empregando e incluindo em sua cadeia produtiva), contribuindo para o desenvolvimento social de populações carentes e incentivar o consumo de produtos que promovam inclusão social.

Neste ciclo, porém, dentre os temas acima foram eleitas as seis prioridades abaixo, já detalhadas ao longo deste documento, que já contam com programas, recursos e ações capazes de dar consistência e robustez aos processos de implementação:

- Educação para o consumo sustentável;
- Compras públicas sustentáveis;
- Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P;
- Aumento da reciclagem de resíduos sólidos;
- Varejo e consumo sustentáveis;
- Promoção de iniciativas em construção sustentável.

A seleção destes temas não implica na exclusão dos outros como áreas de interesse e atuação. A expectativa é que ao longo do primeiro ciclo, as ações ainda incipientes amadureçam, agregando conteúdo ao PPCS de acordo com a demanda da própria sociedade.

Ademais, busca-se primeiramente abordar o papel de consumidor de todos os atores, individuais ou institucionais, envolvidos na cadeia produtiva. O motivo para esse enfoque baseia-se no fato de que o papel do consumidor como agente político, tem sido negligenciado pelas políticas públicas. Além de direitos, faz-se necessário compartilhar responsabilidades e deveres, atribuindo as ações aos atores relevantes que consomem recursos naturais, tanto no usufruto de bens e serviços quanto nos processos de sua produção.



Anexo II - Consulta aos Órgãos Governamentais - 2011

Abaixo, encontram-se disponíveis os resultados de consulta realizada em julho de 2011, junto aos órgãos governamentais federais e aqueles constantes do cadastro da Rede A3P, no núcleo de coordenação no Ministério do Meio Ambiente.

Para realização da pesquisa utilizou-se o questionário apresentado após as tabelas das contribuições. Os órgãos que responderam ao questionário foram:

PODER EXECUTIVO:

Comando da Marinha do Brasil;
Ministério da Integração Nacional;
Ministério do Desenvolvimento Social;
Ministério do Desenvolvimento Agrário;
Ministério da Educação;
Ministério da Saúde;
Ministério das Cidades;
Ministério da Previdência e Assistência Social;
Ministério dos Transportes;
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ;
Eletrobrás Eletronorte;
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO ;
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ ;
Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Ibirarema/SP;
Secretaria Adjunta de Gestão Ambiental – SAGA/Natal-RN;
Companhia Águas de Joinville/SC.

PODER LEGISLATIVO:

Câmara dos Deputados.

PODER JUDICIÁRIO:

Tribunal de Justiça de Santa Catarina;
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul;
Tribunal Regional Federal da 1ª. Região;
Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região;
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

TABELAS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS:

Mesmo com a disponibilização de um questionário orientador, foi grande a diversidade de informações e formatos utilizados para apresentá-las. Assim, visando possibilitar a identificação da prioridade em que a ação proposta se encaixa, bem como alguns itens relevantes para elaboração de estratégias futuras, as informações foram sistematizadas em tabela que elenca os seguintes itens de informação:

- Responsável (órgão, entidade, empresa).

- Prioridades. Neste item apresentam-se os seguintes códigos: ESC, VAR, CPS, A3P, Rec, Outr, cujos significados são:

ESC = Educação para o Consumo Consciente;

VAR = Varejo Sustentável;

CPS = Compras Públicas Sustentáveis;

A3P = Agenda Ambiental na Administração Pública;

Rec = Reciclagem;

Outr = outras prioridades. Como o Plano propõe 6 prioridades para o 1º Ciclo, mas tem 17 elencadas, pode ocorrer de a ação em execução pelo órgão corresponder as outras 11.

- Descrição: traz uma descrição, o mais sucinta possível, da ação implementada pelo órgão.

- Meta: para os órgãos que responderam ou tenham metas traçadas. Com o intuito de destacar a relevância da inclusão de tal informação na elaboração de estratégias e/ou planos de ação.

- PPA: no caso de a ação implementada constar do Plano Plurianual do Governo.

- Observação: traz informações complementares enviadas pelas Instituições.

Primeiramente, serão relacionadas as tabelas referentes aos órgãos do Poder Executivo Federal, seguidas pelas tabelas do Poder Legislativo Federal, do Poder Judiciário, e aquelas relativas a Estados e Municípios.

Algumas tabelas apresentam-se de forma agregada.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
	x					x	Produção Agroecológica Integrada Sustentável - PAIS. Visa atender 360 famílias de agricultores dos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe. Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e proporcionar sustentabilidade para as comunidades atendidas. Além disso, estimular a prática da agricultura orgânica por meio de processo produtivo sem o uso de agrotóxicos.

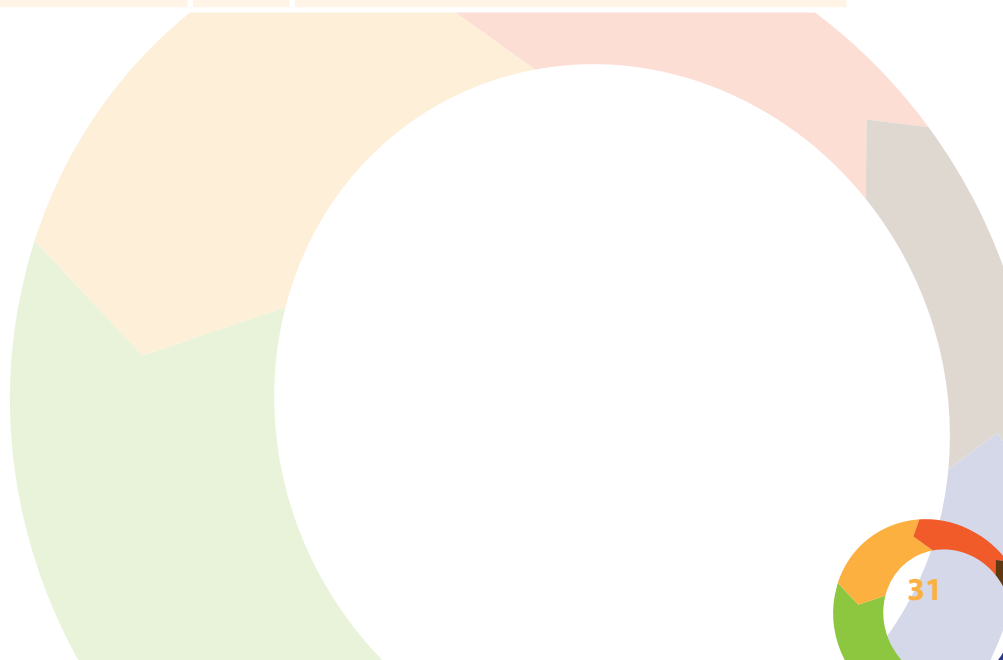
Metas	PPA	OBS.
<p>mobilização e sensibilização de comunidades dos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe; Capacitação de 12 agentes multiplicadores; capacitação de 360 famílias; aquisição de 360 kits para implantação das unidades; assessoria técnica e implantação das unidades. São avaliadas por meio de visitas técnicas às unidades e relatórios qualitativos e quantitativos com objetivo de medir resultados e impactos gerados nas famílias beneficiárias.</p>		<p>Desde 2008. Em 24 meses foram implantadas 300 unidades. As outras 60 previstas para o estado de MG tiveram problemas técnicos.</p>



COMANDO DA MARINHA

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
X					X		<p>1. Criação de uma Gerência de Meio Ambiente; 2. Termo de Compromisso entre a MB de forma descentralizada e Associações/cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. Visam o gerenciamento das atividades e serviços das Organizações Militares (OM), de modo que os mesmos se desenvolvam em conformidade com a legislação ambiental e que os impactos ambientais, decorrentes de suas atividades, sejam gradualmente minimizados, quer seja pelo estabelecimento de procedimentos específicos, pela alteração de processos ou pela aquisição de novos equipamentos. O Termo de Compromisso visa a regularidade da coleta de materiais recicláveis; segurança; transporte e conformidade legal. Visa estabelecer normas.</p>

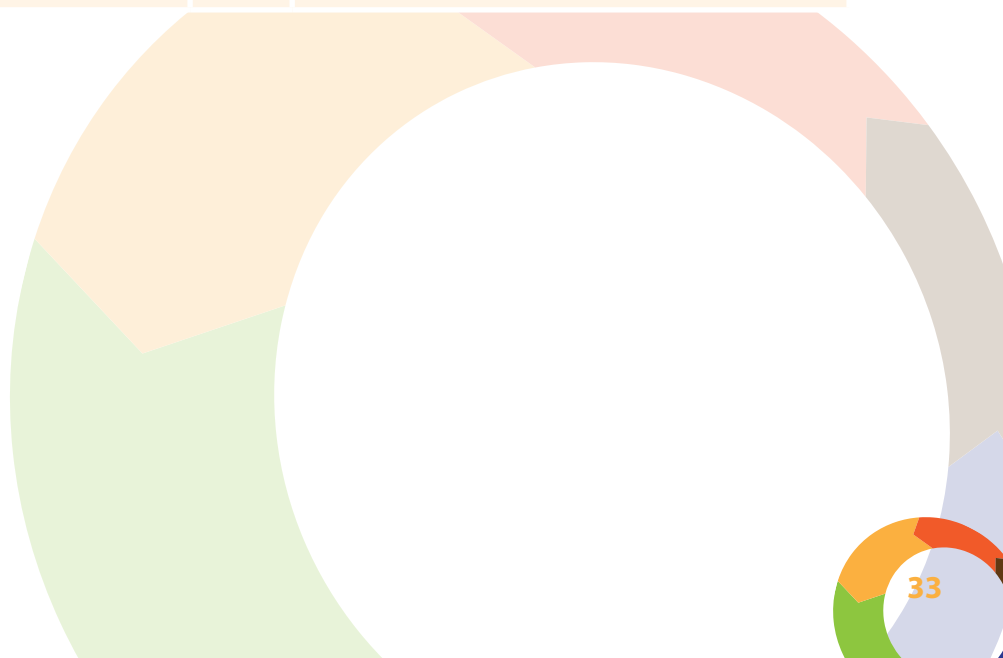
Metas	PPA	OBS.
<p>Visam o aumento do percentual de reciclagem de resíduos. É avaliada por meio de visitas técnicas (VISITEC), Auditorias Ambientais e Visita do Almirantado Programada (VAP).</p>	<p>X</p>	<p>O propósito vem sendo alcançado ao longo do tempo de forma contínua.</p>



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
		x				x	Programa de Aquisição de Alimentos: - valorização de alimentos orgânicos e agroecológicos e valorização de alimentos oriundos da sociobiodiversidade.
						x	Doações a Estratégia Fome Zero visa o fortalecimento da política nacional de proteção ambiental com a promoção de empreendimentos de base sustentável. Consiste na doações por órgãos de fiscalização ambiental, onde os bens doados são revertidos em recursos financeiros, por leilões realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, depositados no Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza - FECP.

Metas	PPA	OBS.
<p>Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas.</p>	<p>x</p>	<p>Desde 2003. Desde 2008, o MDS vem monitoramento a participação de alimentos oriundos da sociobiodiversidade nas modalidades do Programa executadas em parceria com a CONAB. Há ainda a orientação para que todos os executores do programa privilegiem a participação de populações indígenas, quilombolas e extrativistas.</p>
<p>Não há metas previamente estabelecidas.</p>		<p>Desde 2009.</p>



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
						X	Educação Alimentar e Nutricional visa concretizar a realização de ações para o combate à má-alimentação e à insegurança alimentar e nutricional, contribuindo para a superação da situação perversa que compõe o panorama brasileiro da dupla carga de doenças.
						X	Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da obesidade: promovendo modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira.

Metas	PPA	OBS.
aumentar o consumo médio anual de frutas e hortaliças em 0,5% ao ano, de forma a alcançar um consumo diário de 400 g desses alimentos (3 porções de frutas e 2 porções de hortaliças); reduzir o consumo de açúcares de 16% para 10% do total de calorias; aumentar o consumo aparente de pescados de 9 para 12kg/habitante/ano; reduzir o consumo médio de sódio em 10% ao ano para alcançar a meta de 5g/dia em 10 anos; reduzir a inatividade física - redução anual de 1,56% ao ano. Com exceção da meta de redução do consumo de sódio, as outras metas foram previstas para o espaço de quatro anos.	x	

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
						X	PRONAF SUSTENTÁVEL - Consiste em um planejamento da propriedade rural familiar com um enfoque sistêmico, de forma a contemplar os aspectos produtivos e ambientais da propriedade. Visa promover a estruturação produtiva e a adequação ambiental da propriedade rural familiar.
						X	PRONAF AGROECOLOGIA - Consiste em uma linha de crédito voltada para o financiamento de produção agroecológica pelos agricultores familiares.
						X	Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária. Consiste na promoção do licenciamento ambiental de assentamentos de reforma agrária. Visa obter o licenciamento dos assentamentos de forma a regularizar as atividades desenvolvidas nos assentamentos.

Metas	PPA	OBS.
Não existem metas estabelecidas. O acompanhamento será realizado pela Secretaria de Agricultura Familiar do MDA	x	Desde o ano 2010.
Não existe meta estabelecidas. Será avaliado por meio de contratos do Pronaf Agroecologia.	x	Desde 2005.
licenciar todos os assentamentos de reforma agrária O acompanhamento se dá pela concessão de licenças realizado pela Coordenação de Meio Ambiente do INCRA.	X	Desde o ano de 2003.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
						X	Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. Consiste na implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das áreas de reserva.
						X	Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC). Prevê a adoção de práticas agrícolas que auxiliem na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como nas práticas de adaptação às mudanças climáticas.
	X					X	Produtos e Mercados Diferenciados para a Agricultura Familiar - Orgânicos - visa promover a comercialização de produtos diferenciados da agricultura familiar.

Metas	PPA	OBS.
<p>O acompanhamento ocorre pela atuação da Coordenação de Meio Ambiente do INCRA da Implantação de projetos de recuperação, conservação e manejo em assentamentos.</p>	<p>X</p>	<p>Desde 2006.</p>
<p>As metas são diferenciadas para cada ação e constam do Plano que está disponível no MAPA. São avaliadas por meio d acompanhamento que será realizado pela Embrapa e pelo Ministério da Fazenda.</p>	<p>X</p>	<p>A partir de 2011.</p>
<p>Não existem metas estabelecidas.</p>	<p>X</p>	<p>Desde 2005.</p>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
						X	Biodiesel. Visa estimular a produção do novo combustível, procura apoiar a participação da agricultura familiar na cadeia de produção. Tem como objetivo a geração de renda no campo para a agricultura familiar fomentando a participação desse público nas cadeias de energia renovável.
						X	Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Consiste no fomento às atividades de manejo florestal comunitário e familiar como forma de geração de renda aos agricultores extrativistas que vivem dessas atividades..

Metas	PPA	OBS.
As metas são avaliadas por meio do sistema de gerenciamento das ações do biodiesel sob gestão da Secretaria de Agricultura Familiar - SAF	X	Desde 2004.
Beneficiar 19.595 famílias em 2011. São avaliadas pelo Comitê Gestor do Programa, composto pelo MDA, MMA.	X	Desde 2010.



Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
		X					<p>A experiência da compra compartilhada sustentável do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A compra compartilhada coordenada pelo JBRJ permitiu aumentar o número de unidades do pedido. O objetivo é desenvolver um instrumento econômico (compra compartilhada) capaz de estimular um padrão de consumo que inclua critérios ambientais na aquisição de bens e serviços na administração pública.</p>

Metas	PPA	OBS.
<p>A experiência da compra compartilhada sustentável do Jardim Botânico do Rio de Janeiro durou aproximadamente 5 meses, mas a pesquisa já tinha se iniciado antes, com reuniões preliminares, considerando a abertura do processo 08/04/2010 e realização do Pregão dia 20/09/2010. Inicialmente, foi criada uma equipe multidisciplinar com profissionais especializados em pregões, sustentabilidade e qualidade em processos produtivos. Em seguida, foi realizada pesquisa de mercado e o respectivo cadastramento dos itens nos sistemas estruturantes da Administração Pública.</p>		<p>08 de abril de 2010. Observou-se que o ganho de escala permitiu a economia de R\$ 723.263,78, correspondente a 49,89% do valor estimado (ver quadro abaixo). Foram 48 itens de material de expediente sustentáveis. A realização da compra compartilhada com outros órgãos e com itens de material de expediente sustentável atendeu plenamente aos objetivos do projeto na medida em que houve a participação de oito órgãos na compra de 48 itens sustentáveis de material de expediente. Ressalte-se que o JBRJ sozinho compraria a quantidade de 100 mil dentro desses itens, e com os órgãos participantes, a compra chegou a quase 800 mil, com uma economia de aproximadamente de 50% na compra, pelo fato de ter sido compartilhada.</p> <p>As pessoas atendidas são os consumidores desses produtos, ou seja, os servidores públicos que trabalham nos órgãos. A estimativa é que no primeiro momento, haverá mais de 10 mil pessoas atendidas, considerando o número de servidores existentes nos órgãos participantes. Após a realização desse pregão, a Diretoria de Gestão autorizou a adesão na compra compartilhada de outros órgãos como por exemplo a Polícia Federal e a Fundação Casa de Rui Barbosa. Além desses, outros já manifestaram interesse em participar, como a ANATEL. Na realização da apresentação da iniciativa da Diretoria de Gestão do JBRJ na videoconferência sobre compras sustentáveis realizada pelo Ministério do Planejamento (MPOG) houve manifestação da marinha e de órgãos de Recife em entrar na adesão do referido pregão.</p>

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
						X	População em geral, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Dispor de um sistema de vigilância ambiental em saúde com infra-estrutura adequada e recursos humanos capacitados que possibilite prevenir fatores de risco e melhorar a capacidade de resposta às emergências e desastres. Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.
						X	Fomento a educação em saúde ambiental para promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e Agravos. Fomentar a educação em saúde ambiental com vistas à promoção, prevenção e controle de doenças. Educação da população por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.
						X	Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental - Dispor de um sistema de vigilância ambiental em saúde com infra-estrutura adequada e recursos humanos capacitados que possibilite prevenir fatores de risco e melhorar a capacidade de resposta às emergências e desastres. Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Metas	PPA	OBS.
Implantar na FIOCRUZ Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais – CEPED. • Unidade implantada	X	2007
Realizar 400 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015. • Número de estudos e pesquisas apoiados.	X	
Existem inúmeras iniciativas que visam o fortalecimento da VSA e que no entanto, no PPA consta: ampliar o número de amostras realizadas para os parâmetros coliforme total e turbidez passando de 28% (333.962) de realização da análise da qualidade da água para o parâmetro coliformes totais e de 27% (346.443) para o parâmetro de turbidez em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015	X	Será avaliada pelo Percentual de amostras

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
						X	Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos. Garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional". Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS utilizando plantas medicinais cujos efeitos tenham sido estudados.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
						X	Plano Setorial de Mudanças Climáticas para o Setor Transportes: Uso crescente dos modais de transporte menos poluidores e equilíbrio da matriz de transportes. Visa reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE).

Metas	PPA	OBS.
<p>Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 20 até 2015; • Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais – APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS</p>	<p>X</p>	<p>Será avaliada pelo Nº de medicamentos oferecidos</p>

Metas	PPA	OBS.
<p>As metas serão definidas até dezembro de 2011, conforme o Plano Setorial de Mudanças Climáticas</p>		<p>Desde 2007 com o Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT). As metas serão avaliadas através da redução das emissões dos GEE's do transporte regional de passageiros e cargas.</p>

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
		x				x	<p>Utilização de tecnologias inovadoras na implantação de rodovias, ferrovias e hidrovias: Dentre as novas tecnologias, o asfalto-borracha está sendo utilizado no projeto de construção e manutenção de diversas rodovias. Consiste na mistura da borracha triturada de pneus inservíveis na massa betuminosa para utilização na construção e manutenção do asfalto. Visa - Construir pavimentos ambientalmente adequados com maior durabilidade e menor quantidade de trincas.</p> <p>- Retirar da natureza pneus usados, de difícil decomposição que acabam se tornando, também, local de proliferação de vetores de doenças, transformando-os em componente de construção do asfalto.</p>
x			x				<p>Ações Ambientais do MT - consiste na capacitação de servidores dos diferentes níveis , conscientização para a prática de ações sustentáveis, realização de campanhas e exposições. Tem por objetivo o aprimoramento das instalações prediais, redução de consumo e preservação do meio ambiente.</p>

Metas	PPA	OBS.
<p>As metas serão definidas à medida que os resultados positivos forem sendo comprovados com o uso crescente da tecnologia em rodovias federais, estaduais e municipais. São avaliadas em função do aumento da vida útil dos pavimentos e da redução de trincas.</p>		<p>Há cerca de 5 anos vem sendo realizadas pesquisas já com utilização em diversas rodovias. Estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, dentre outros, vem utilizando asfalto-borracha nos pavimentos de diversas rodovias.</p>
<p>Redução do consumo de papel, energia e água, coleta seletiva e compras sustentáveis. Medidas por meio da porcentagem de redução do consumo anual por servidor.</p>		<p>Desde o ano de 2008. Redução do consumo de luz (5%), de água (15%) e de papel (10%), por servidor entre os anos de 2009 e 2010.</p>



INCRA

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
X							<p>CARTÃO VERDE: É um cartão de débito, que objetiva financiar, durante dois anos, a implantação e o desenvolvimento de sistemas agroflorestais, para a recuperação de área de reserva legal – ARL e fomentar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. É um cartão de débito, que objetiva financiar, durante dois anos, a implantação e o desenvolvimento de sistemas agroflorestais, para a recuperação de área de reserva legal – ARL e fomentar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.</p> <p>O valor do crédito é de R\$ 2.400,00, liberados em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, mediante depósito em conta específica, aberta na agência de relacionamento do assentado (a) beneficiário (a).</p>
X							<p>PROGRAMA DE AGROBIODIVERSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA Fomentar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária, por meio da consolidação de sistemas de produção de base florestal e agroflorestal, no bioma Amazônia</p>

Metas	PPA	OBS.

INCRA

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
X							Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS criados com vistas ao atendimento de interesses sociais, econômicos e ambientais das populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, de acordo com a aptidão da área, com a supervisão e orientação do INCRA e participação do IBAMA, órgão ambiental estadual ou municipal e organização não-governamental – ONG previamente habilitada.
X							PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTAL: Modalidade de Projeto de Assentamento Florestal destinada a áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte.

Metas	PPA	OBS.

TRIBUNAIS

Responsável (órgão, entidade, empresa)	Prioridades							Descrição
	ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
Tribunal Regional Federal da 1a. Região				x				Planejamento e implementação de ações de natureza socioambiental, tais como realização dos procedimentos de coleta seletiva solidária, promoção de eventos de treinamento e conscientização ambiental, distribuição de informativos, promoção de palestras, atividades interativas e demais instrumentos educativos.
Tribunal de Justiça de Santa Catarina				x				Criação da Seção de Gestão Ambiental do Poder Judiciário. A iniciativa consiste em criar uma seção com infraestrutura e pessoal para realizar o planejamento e execução da política ambiental do TJSC, mantendo-a em constante processo de revisão e desenvolvimento. Objetivos: - Planejamento e execução da política ambiental do TJSC, mantendo-a em constante processo de revisão e desenvolvimento.
				x		x		Programa de Minimização de resíduos.
	x			x				Núcleo de Pesquisa e Estudos – NEP da Academia Judicial. A iniciativa consiste em incentivar a pesquisa em diversas áreas, dentre elas a gestão ambiental.

Metas	PPA	OBS.
não informado		
A iniciativa é permanente e as metas são estabelecidas em planejamento anual na própria SGA e no Poder Judiciário. Em um ano e meio de existência a SGA já conseguiu implementar a coleta seletiva no TJSC e nas comarcas das quais aproximadamente 60% já possuem ações voltadas à responsabilidade socioambiental.	x	A SGA foi criada em 2010.
Implementação do programa de minimização de resíduos sólidos em 100% das comarcas do Estado de Santa Catarina.	x	
Elaboração de um livro com o relatório de cada grupo de pesquisa.	x	O primeiro edital de pesquisa ocorreu em 2009 (Academia Judicial).

TRIBUNAIS

Responsável (órgão, entidade, empresa)	Prioridades							Descrição
	ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	x			x		x		Curso de capacitação de novos servidores. Incentivar ações socioambientais em todas as comarcas do Estado de Santa Catarina, Orientar sobre a destinação dos resíduos sólidos.
	x			x		x		Campanha Pense Ambiente. A campanha foi elaborada com o objetivo de conscientizar o público do Poder Judiciário catarinense acerca da relação de causalidade entre consumo e equilíbrio ambiental, por meio da abordagem dos itens da Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça.
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia				x				Designação da Comissão Executiva da Agenda Ambiental

Metas	PPA	OBS.
Número de participantes em cada curso em relação aos que foram inseridos no quadro funcional do Poder Judiciário.	x	Está em processo de implantação com início em 2011.
Inicialmente a meta é a redução do consumo per capita em pelo menos 2% com energia, telefone, papel, água e combustível, todavia, visa a conscientização permanente sobre o uso racional dos recursos naturais, bem como a minimização dos resíduos no Poder Judiciário.	x	O lançamento ocorreu em novembro de 2010, através do site www.tjsc.jus.br/penseambiente e distribuição de 4.000 peças publicitárias referentes ao consumo de água, energia elétrica, papel e combustível a todas as comarcas do Estado e setores do TJ. A campanha de comunicação envolveu sinalização, hotsite, material infográfico, e-mails e notícias. Teve como público-alvo magistrados, servidores, estagiários, terceirizados, público externo com vinculação direta ao Poder Judiciário, tais como advogados e policiais militares.
Reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível).	x	Em 13.10.2005, foi criada a primeira Comissão. E, em 22.03.2010, foi composta uma nova Comissão.

TRIBUNAIS

Responsável (órgão, entidade, empresa)	Prioridades							Descrição
	ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região				x			x	Programa de Uso Racional de Água e seu Reaproveitamento – PURA TRT 21.
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL				x				Revisão da rede hidráulica.

Metas	PPA	OBS.
<p>1. Reduzir em 10% o consumo de água até 2014, com a conclusão do programa; 2. Fazer com que o Complexo Judiciário Trabalhista Ministro Francisco Fausto (CJTMFF), o Fórum Trabalhista de Mossoró (FTM) e as Varas do Trabalho de Assú, Goianinha, Currais Novos, Pau dos Ferros e Ceará Mirim sejam contemplados com sistema de irrigação de jardins até 2014.</p>		<p>As ações de auditoria no consumo de água se iniciaram em fevereiro de 2009.</p>
<p>Redução de 60 % dos gastos com água.</p>		<p>Desde 2007. As metas têm sido atingidas na medida das construções das novas sedes dos fóruns eleitorais.</p>



TRIBUNAIS

Responsável (órgão, entidade, empresa)	Prioridades							Descrição
	ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL				x			x	<p>Instalação da rede elétrica e iluminação nos novos prédios dos Fóruns Eleitorais. Emprego de cores claras nas paredes internas visando proporcionar maior luminosidade.</p> <p>Emprego de cores claras na parte externa dos prédios, além da construção de paredes mais espessas.</p> <p>Instalação de pisos claros.</p> <p>Ademais, todas as iluminações externas instaladas nos prédios possuem foto-células temporizadas, com reatores eletrônicos, lâmpadas frias e luminárias refletivas.</p> <p>Instalação de luminárias com sensor de presença nos banheiros.</p> <p>Instalação de aparelhos de ar condicionado com selo de garantia da PROCEL categoria A de eficiência. Visa a Redução no consumo de energia elétrica neste Egrégio Tribunal e Fóruns Eleitorais.</p> <p>Maior entrada da luminosidade natural nos cômodos através das janelas em blindex.</p> <p>Proporcionar menor absorção de calor externo e, conseqüentemente, menor utilização de ares condicionados.</p> <p>Iluminar naturalmente o ambiente.</p> <p>Proporcionar, no período noturno, maior eficiência luminosa na parte externa do prédio, com menor custo.</p>
				x				Acessibilidade.

Metas	PPA	OBS.
<p>Redução de 40 % dos gastos com energia elétrica.</p>		<p>Desde 2007. As metas têm sido atingidas na medida das construções das novas sedes dos fóruns eleitorais.</p>
<p>Instalação em 100% dos Fóruns Eleitorais, sem previsão exata de término, em razão de alguns fóruns eleitorais ainda funcionarem em imóveis alugados. Construção da passarela neste ano de 2011.</p>		<p>Desde 2008. As metas têm sido atingidas na medida das construções das novas sedes dos fóruns eleitorais. Sendo que hoje, este Sodalício conta com o total 22 (vinte e dois) prédios próprios, incluindo sede do TRE/MS, Fórum Eleitoral da Capital e Cartórios Eleitorais do Interior.</p>

TRIBUNAIS

Responsável (órgão, entidade, empresa)	Prioridades							Descrição
	ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL				x				Comissão Ambiental - Planejar, elaborar e acompanhar medidas com fixação de metas anuais, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente. Instauração definitiva de setor pertinente no âmbito deste TRE/MS e a implementação de medidas afins, a partir de 2012.
	x			x				Conscientização ambiental.
				x		x		Coleta de pilhas e baterias. Coletar pilhas e baterias em desuso. O descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, com o encaminhamento das mesmas aos locais disponíveis na capital.

Metas	PPA	OBS.
		Desde 2007.
<p>Imediata apresentação da comissão ambiental recém instaurada e alerta inicial no que tange à conscientização dos servidores sobre atitudes ambientalmente corretas à preservação e recuperação do meio ambiente.</p>		<p>Foi realizada no dia 06.06.2011, 02.08.2011 e 08.08.2011.</p>
<p>Adesão de 100 % dos servidores da capital em 04 meses de implantação.</p>		<p>Desde maio de 2011.</p>

TRIBUNAIS

Responsável (órgão, entidade, empresa)	Prioridades							Descrição
	ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRBALHO DA 9ª REGIÃO	x			x				Pare e pense. Visa promover, no âmbito do TRT9ª Região, a reflexão permanente acerca dos problemas ambientais atuais, estimulando a adoção de atitudes e procedimentos que perpetuem o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos.

Metas	PPA	OBS.
<p>Diminuir, em pelo menos 2%, o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009).</p>	<p>x</p>	<p>Desde junho de 2010. A meta foi superada, ao final de 2010 foi atingido 6% de redução.</p>



TRIBUNAIS

Responsável (órgão, entidade, empresa)	Prioridades							Descrição
	ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO	x			x				<p>TRT AMBIENTAL: magistrados, servidores e a sociedade em geral. Desde o início dos processos de seleção, já participaram dos certames as seguintes diversas recicladoras. O Tribunal também firmou parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará, por meio do projeto Justiça Verde. Ademais, desde 2009, é organização adesa à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>I - promover a conscientização sobre a questão ambiental e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, divulgando experiências e ações positivas relacionadas ao tema;</p> <p>II - desenvolver uma cultura anti-desperdício e de utilização coerente dos recursos naturais e do patrimônio público;</p> <p>III - estimular, gradativamente, a substituição dos insumos e dos materiais utilizados em serviço por produtos recicláveis e que acarretem menos danos ao meio ambiente;</p> <p>IV - desenvolver estudos para viabilizar a implantação da coleta seletiva solidária de resíduos;</p> <p>V - disponibilizar treinamento adequado à execução do programa;</p> <p>VI - solicitar, quando houver necessidade, o treinamento dos funcionários que prestam serviços ao Tribunal quanto aos procedimentos essenciais à correta execução do programa, particularmente no que se refere à coleta e separação de materiais;</p> <p>VII - estabelecer parcerias com organizações públicas e privadas que sejam comprometidas com o exercício da cidadania, a inclusão social e a preservação ambiental;</p> <p>VIII - estabelecer procedimento com vistas à doação de material reciclável as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.</p>

Metas	PPA	OBS.
<p>Alcançar 75% de avaliação positiva do clima organizacional, até dezembro de 2013. 2011 = 65%; 2012 = 70%; 2013 = 75%. Indicador: Índice de Avaliação do Clima Organizacional. Mede o grau de aprovação de magistrados e servidores em relação às perspectivas da pesquisa de clima organizacional (conhecimento do TRT, motivação, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação). Reduzir para 1,5% o índice de absenteísmo de magistrados e servidores, até dezembro de 2013. 2011 = 2,5%; 2012 = 2%; 2013 = 1,5%. Indicador: Índice de Absenteísmo. Mede o percentual médio diário de magistrados e servidores afastados por acidente em serviço, para tratamento da própria saúde ou para acompanhamento de pessoa da família.</p>		<p>A iniciativa foi instituída em julho de 2007. Por ser um programa institucional, possui natureza continuada. O Programa foi instituído no âmbito da Justiça do Trabalho da 8ª Região, que possui jurisdição sobre os Estados do Pará e Amapá. O Programa abrange 45 Varas do Trabalho. “Virou Peça de Museu” (ANEXO 7), cartilhas, materias educativos, além da distribuição de cerca de 800 coletores para papel (Programa 3R). Mantém, ainda, as seguintes páginas na internet sobre o tema: Qualidade de Vida Plena e dicas ambientais. Beneficiar, anualmente, no mínimo 10.000 pessoas com as ações de responsabilidade socioambiental promovidas pelo Tribunal. 2011 = 10.000; 2012 = 10.000; 2013 = 10.000.</p>

TRIBUNAIS

Responsável (órgão, entidade, empresa)	Prioridades							Descrição
	ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO			x					Compras Públicas Sustentáveis: destina-se aos setores solicitantes (âmbito interno) e aos fornecedores licitantes (âmbito externo) que demandam e celebram contratos para o fornecimento de bens e prestação de serviços para o Tribunal.
Tribunal Regional Federal da 2ª Região				X		X		Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos. Execução de programa de coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos para centrais de processamento de materiais recicláveis.
	X			X		X		Conscientização ambiental.

Metas	PPA	OBS.
<p>Observação dos critérios de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade em 100% dos processos licitatórios do Tribunal, até 2013.</p>		<p>A iniciativa passou a ser implementada a partir de julho de 2010.</p>
<p>Incrementar o quantitativo de materiais coletados no início do programa, em toneladas, e manter um padrão de produção, evitando o retrocesso.</p>		<p>Desde 2006, com medição a partir de 2007. Em 2007: 9 (nove) ton; em 2008: 16 (dezesesseis) ton; em 2009: 31,4 (trinta e um vírgula quatro) ton; em 2010: 31,8 (trinta e um vírgula oito) ton.</p>
<p>Tendo como parâmetro a Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça, reduzir em até 2% o consumo de energia elétrica, água, papel, telefonia e combustível.</p>		<p>Desde 2006. Em 12 meses, ocorreram os seguintes resultados (redução): (-) 3,71% de energia elétrica; (-) 13,80% de telefonia; (-) 5,24% de água; (-) 19,11% de papel; (-) 28,46% de combustível.</p>



ESTADOS E MUNICÍPIOS

Responsável (órgão, entidade, empresa)	Prioridades							Descrição
	ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
Secretaria Municipal do Meio Ambiente Ibirarema	X		X	X	X			licitações e contratações com fornecedores e produtos comprovadamente de menor impacto ambiental através de justificativa e especificações técnicas ambientais
	X							as áreas de planejamento, administração e tecnologia da informação deverão realizar campanhas de conscientização e motivação
	X							áreas de capacitação desenvolvimento e realização de capacitações que visem o aperfeiçoamento de técnicos e usuários para o uso mais eficiente dos equipamentos, e de desenvolvimento das práticas administrativas e operacionais.
Secretaria Adjunta de Gestão Ambiental - SAGA/Natal			X	X		X		Redução de gasto de energia (configuração econômica dos computadores e redução de alguns minutos no tempo de funcionamento do ar condicionado), substituição de copos descartáveis por canecas plásticas personalizadas, coleta seletiva, melhoria da qualidade de vida no trabalho, redução do gasto de papel, redução do gasto de tonners (eco fonte).

Metas	PPA	OBS.
ação contínua		As metas são acompanhadas pelos editais e aplicação de questionários aos servidores (250 servidores).
2x ao ano		
2x ao ano		
não citada, mas a análise é efetuada a cada 3 meses		Resultados obtidos com os programas que já estão em andamento: redução de 20% do consumo de energia da Secretaria; 80% de redução no uso de copos descartáveis; 100% de coleta seletiva nos prédios da SEMURB (sede), SAGA e Parque da Cidade

ESTADOS E MUNICÍPIOS

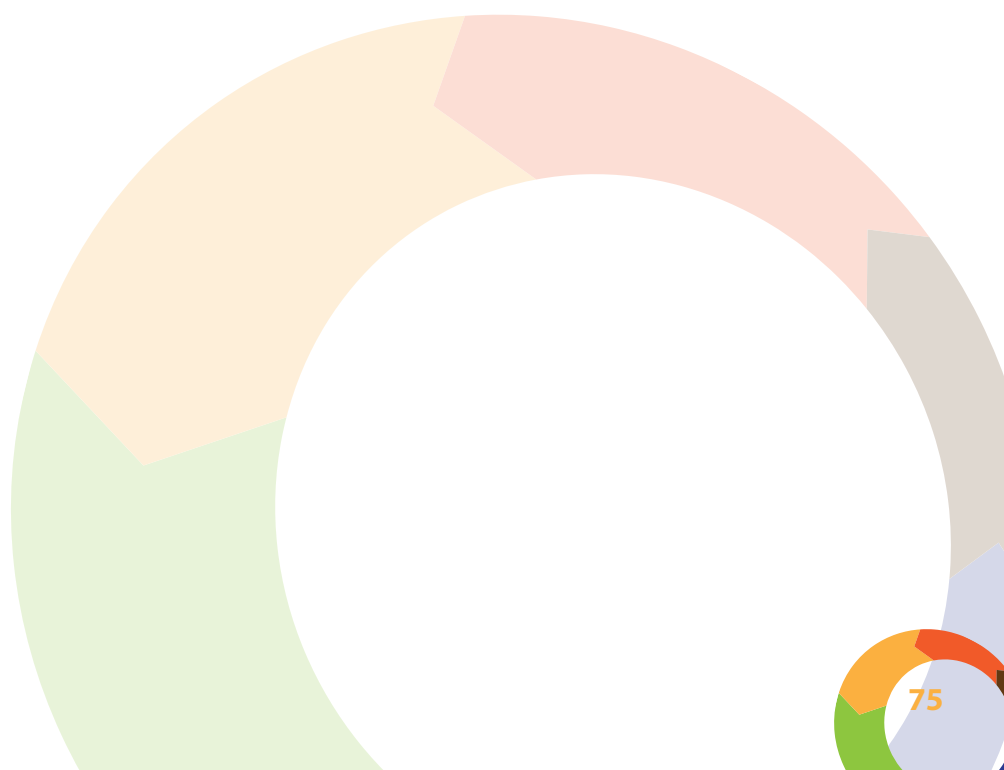
Responsável (órgão, entidade, empresa)	Prioridades							Descrição
	ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
Companhia Águas de Joinville	X							Programa de Educação Ambiental - desenvolve projetos que visam disseminar questões ambientais voltadas ao saneamento para escolas, associação de moradores, secretarias regionais entre outros.
						X		Gestão de Resíduos – gerencia os resíduos da companhia e possui um programa de coleta de óleo de cozinha para a comunidade de Joinville. Programa de coleta seletiva atrelado ao 5S, pilhas e baterias e redução do consumo de copos plásticos com a substituição por canecas. Programa de coleta de óleo.
								X

Metas	PPA	OBS.
meta anual de 7,5% da população de Joinville. Avaliada por meio de indicador mensal do planejamento estratégico da empresa	X	Programa de educação ambiental – desde 2006
coletar 10.000 litros de óleo até dezembro de 2011/ coleta seletiva pontua dentro do 5S. Avaliada por meio de avaliação do 5S e relatório mensal enviado pela empresa de coleta de óleo.	X	Gestão de resíduos – desde 2008
até 54% dos impactos levantados até final de dezembro de 2011	X	Controle de Impactos Ambientais – desde 2009

ELETOBRÁS ELETRONORTE

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
X			X		X		Adesão à Agenda Ambiental
X			X				Ações Externas de Educação Ambiental
					X	X	Programa de Gerenciamento de Resíduo

Metas	PPA	OBS.
		desde setembro de 2009
		realizada durante a implementação de novo empreendimento e segue de forma contínua
destinar adequadamente 100% dos resíduos da empresa até 2014	X	o programa de gerenciamento de resíduos trata desde a geração dos resíduos até a etapa final de disposição adequada dos resíduos gerados. Envolve as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, secretarias municipais de saúde e educação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
x			x				Cursos e treinamentos (educação/gestão ambiental), licitação sustentável, legislação ambiental.
x							Campanhas de sensibilização
			x				Estabelecimento de normas que levem ao uso eficiente de recursos e materiais em geral, adoção de produtos mais sustentáveis nas compras e nos serviços de limpeza
			x				Incentivo ao uso de transporte alternativo
x							Consiste na promoção de palestras, fóruns, cursos, oficinas, visitas técnicas, apresentação de vídeos e workshops, voltados para a temática ambiental.

Metas	PPA	OBS.
maior número de servidores possíveis		
ainda não iniciada		
aprovado ato da Mesa, falta regulamentar os produtos e serviços escolhidos		
construção do MOB (módulo e apoio ao ciclista) - projeto arquitetônico está pronto		
2011: 2 turmas de educação ambiental; 1 turma de atualização em legislação ambiental, 01 curso de compras públicas sustentáveis, 1 palestra, 8 turmas de oficina de pintura de canecas, 01 fórum, 8 encontros com o grupo de voluntários.		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
		x					Licitações sustentáveis: tem como objetivo contratar apenas as empresas que tenham práticas de sustentabilidade ambiental. No Termo de Compromisso é inserido item que trata de critérios de sustentabilidade ambiental, assim, ao assinarem o Termo, as empresas concordam com a utilização consciente dos produtos e reaproveitamento dos resíduos recicláveis descartáveis, por meio de práticas ambientais sustentáveis.
					x		Termo de Compromisso com Catadores e Recicladores e distribuição de caixas para coleta seletiva às salas do órgão.
			x				Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG em parceria com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF, visa incentivar as ações de racionalização do gasto público por meio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão de processos, com a finalidade de otimizar a prestação de bens e serviços aos cidadãos.

Metas	PPA	OBS.
não há metas.		
não há metas.		
não há metas.		

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
					X		Coleta Seletiva Solidária: Separação de resíduos sólidos - diminuição do quantitativo de resíduo papel.
			X				Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P NO MPS.

Metas	PPA	OBS.
		Em 2007 foram pesados 1.800 kg/semana de resíduo papel. Hoje são pesados 1.996 kg/mês.
<p>70% em um período de 3 anos :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Minimizar impactos ambientais negativos gerados durante a jornada de trabalho; • Realizar a gestão ambiental dos resíduos; • Implementar a coleta seletiva de lixo; • Utilizar de forma racional os resíduos (material de expediente, água, energia e outros), combatendo o desperdício e promovendo a redução de consumo; • Adotar a licitação sustentável, introduzindo o “diferencial ecológico” nas compras públicas para a aquisição de bens, materiais e contratação de serviços; • Promover a substituição de insumos e materiais por produtos que provoquem menos danos ao meio ambiente; • Implementar um programa continuado de educação ambiental, para a formação e capacitação do servidor público, por intermédio de palestras, reuniões, exposições, oficinas de arte-educação e ecologia humana; • Promover concursos internos que estimulem ações inovadoras e positivas na adequação da infra estrutura funcional aos conceitos de sustentabilidade; • Produzir informativos referentes a temas ambientais, experiências bem sucedidas e progressos alcançados pela instituição, e • Promover a reflexão sobre os problemas ambientais em geral e na administração pública em particular. 		

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
					X		<p>Descarte de copos plásticos, pilhas e baterias. – Descarte de copos plásticos, pilhas e baterias.</p> <p>– Colocar depositários para o descarte de pilhas, baterias e copos plásticos.</p> <p>– Dar espaço aos servidores, funcionários, agentes de limpeza, estagiários e jovens aprendizes para descartar material com composição química tóxica.</p>
X							<p>Exposição temática e educação Ambiental. Exposição Temática e Educação Ambiental. Promover nas instalações internas e externas exposição cuja temática seja o meio ambiente, acompanhada de folheteria institucional, documentários e palestras instrucionais. Conscientização, motivação e capacitação.</p>

Metas	PPA	OBS.
90% dos copos descartáveis e 6 kg de pilhas e baterias descartadas por semana.		CORTRAP e Grupo Pão de Açúcar.
80% - 3 anos		2008.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
X							<p>Plano de Comunicação Ambiental – Informativo “ECOPREV”. Informativo via intranet, com notícias sobre a coleta seletiva; lançamentos de campanhas; dicas de consumo, legislação ambiental, amigo da natureza, ranking de paisagem; ações ambientais relativas a A3P; saúde ambiental; confecção de banners, cartazes e folhetos alusivos ao tema “meio ambiente”; etiquetas instrutivas e campanhas educativas: “5R’s nas unidades internas” e “Saco é um Saco”. Conscientizar, esclarecer, informar, nortear, mudanças de atitudes, comportamentos, iniciativas e prevenção; Evitar desperdício, promover cidadania, saúde, incentivar parcerias e voluntariado;</p>
					X		<p>Gestão Integrada de Resíduos Pós-Consumo. Não descartar o óleo usado do restaurante do MPS nas tubulações. (200 lts semanais); Evitar entupimento das tubulações, com a sedimentação do resíduo óleo. Doação do óleo usado para o Projeto Biguá, biodiesel e oficina do sabão; Diminuição do consumo de frituras (alimentação saudável), limpeza das tubulações e prevenção de entupimentos e vazamentos;</p>

Metas	PPA	OBS.
100%;		
100% em 3 anos. Quantitativo cúbico doado para a Caesb.		2008.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
X			X				Ambiente Livre do Tabaco. Conscientização, prevenção e acompanhamento dos fumantes do MPS, por intermédio de campanhas educativas, informativos e palestras prevenção;
					X		Descarte de Isopores. Dar a destinação correta para os polipropilenos expandidos (isopores), que envolvem os equipamentos de informática; Dar o devido destino ao descarte de isopor, evitando o lixo comum, tendo em vista a toxicidade do produto e o volume ocupado; Minimizar, junto as empresas montadoras, a utilização dos isopores como embalagem.
					X		Programa Próximo Passo – Embalagens de resmas de papel A4 - Doar ao Programa Próximo Passo – MJ, as embalagens das resmas de papel A4; Doar matéria prima para o Programa Próximo Passo, colaborando com a iniciativa do Ministério da Justiça; Redução da utilização do papel A4 e colaborar na oportunidade de trabalho dos participantes do projeto (de cada 3 dias trabalhados é abatido um dia da pena);

Metas	PPA	OBS.
80% - falta do medicamento que acompanha o tratamento; Quantitativo de fumantes que procuram pelo acompanhamento no Pool de atendimento médico;		2008
100% - 2 anos; Medido pela quantidade de descarte;		2009
80% - 1 ano;		2010. Monitora pela quantidade de embalagens;

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
X					X		Oficinas de Arte-Educação. Oportunizar ao público-alvo oficinas artesanais que utilizem como matéria prima os resíduos sólidos descartados; Capacitação e inserção do contexto ambiental no projeto "Preparando para a aposentadoria";
					X		Compostagem Orgânica no MPS: Adubação de disponibilidade controlada, quando é fornecido às plantas adubo orgânico, atraindo minhocas, insetos e pássaros, melhorando a aeração do solo, a polinização e o aumento da fauna silvestre. Retirada das borras de café das copas, cascas de frutas, verduras e legumes que são utilizados pelo restaurante; Reutilização de insumos orgânicos, aeração do solo, atração de fauna beneficiadora e conservação da flora.
X					X		Programa de Educação Previdenciária – PEP: Promover educação previdenciária como inclusão no processo de cidadania `as cooperativas de materiais recicláveis e inclusão social; Informar sobre previdência social a todos os cooperativados, a nível social.

Metas	PPA	OBS.
80% dos servidores em 3 anos;		2008. Monitorado pelo quantitativo dos participantes.
100% em 3 anos - Quantidade da compostagem transformada em adubo, retirada para colocação nos jardins e vasos internos e externos do MPS.		2008
10%; Quantitativo de aplicação do PEP nas cooperativas.		2010

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
				X			Apoio à Elaboração de Projetos de Engenharia – Saneamento Básico, dirige-se Municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150.000 habitantes.
						X	Apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE's), municípios com mais de 50.000 habitantes ou integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150.000 habitantes.
			X				Apoio a sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE's), municípios com mais de 50.000 habitantes.

Metas	PPA	OBS.
<p>Contratação, por meio de repasse ou empréstimo com recursos federais, visando a elaboração de 46 projetos de manejo de resíduos sólidos urbanos, até 31/12/2011 (Contratação) . As metas são avaliadas por meio de relatórios encaminhados pelos agentes financeiros. Calculado com base na quantidade de Termos de Compromisso firmados em relação à quantidade de propostas selecionadas para a modalidade ou ação em questão.</p>	x	43,5% de Termos de Compromisso assinados em relação ao total selecionado, em dois anos.
<p>Apoio de 188 projetos até 2014. O processo de seleção do programa de apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento de Água ainda não foi lançado.</p>	x	
<p>Beneficiar 1.159.392 famílias até 2014. O monitoramento ocorre por meio de relatórios encaminhados pelos agentes financeiros. Calculado com base na quantidade de Termos de Compromisso firmados.</p>	X	Desde a criação da ação orçamentária 1P95 quando do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, em 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
							Ação 10ST - Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não Motorizados.
				X			Sistema de Qualidade de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos - SiMaC.
				X			Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras – SIAC. O Sistema estabelece níveis progressivos de certificação, que reconhecem, avaliam e classificam a implantação gradual do sistema de gestão da qualidade nas empresas de serviços e obras. Avaliar a conformidade de Sistemas de Gestão da Qualidade em níveis adequados às características específicas das empresas do setor de serviços e obras atuantes na Construção Civil.

Metas	PPA	OBS.
2.000 km de infraestrutura cicloviária - Final de 2015. As metas serão avaliadas após as conclusões dos projetos selecionados, ou seja, após a finalização da execução física das obras selecionadas.	X	
Alcançar 90% de percentual médio de conformidade com as normas técnicas de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social, até o ano de 2015.	X	Desde 1998. Já foi atingido 40% da meta em 13 anos.
Certificar 100% das empresas de serviços e obras que executem empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do SiAC até o ano de 2015. A meta é avaliada através do acompanhamento do percentual de empresas construtoras certificadas nos diversos níveis do sistema.	X	Desde 2005. Foi atingido aproximadamente 67% da meta em seis anos, levando-se em consideração o número de empresas cadastradas pela Caixa Econômica Federal consideradas aptas ao financiamento.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Prioridades							Descrição
ESC	Var	CPS	A3P	Cons	Rec	Outr	
				X			<p>Sistema Nacional de Avaliação Técnica - SINAT. Consiste na harmonização de procedimentos para a avaliação de novos produtos para a construção, quando não existem normas técnicas prescritivas específicas aplicáveis ao produto. A harmonização de procedimentos é necessária para assegurar que todos os aspectos relevantes ao comportamento em uso de um produto de construção sejam considerados no processo de avaliação, considerando-se fundamentalmente requisitos de desempenho relativos à segurança, habitabilidade, durabilidade e adequação ambiental.</p>

Metas	PPA	OBS.
<p>Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT), até o ano de 2015. A meta é avaliada através do acompanhamento da representatividade dos produtos chancelados no SiNAT em relação aos produtos inovadores utilizados em empreendimentos habitacionais.</p>	<p>X</p>	<p>Desde 2009. Os sistemas construtivos inovadores avaliados ou em avaliação no âmbito do SiNAT correspondem aproximadamente a 84% das unidades habitacionais com produtos inovadores que foram contratadas pela CAIXA nos últimos dois anos.</p>

Anexo III - Sistematização da Consulta Pública de 2010

A versão preliminar do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis esteve disponível para consulta pública no período de 21 de setembro a 30 de novembro de 2010. Diversas organizações, desde órgãos do próprio governo federal a ONGs e especialistas em PCS, enviaram suas contribuições por meio de formulário específico disponibilizado no portal oficial do MMA.

Nos quadros abaixo estão consolidadas as principais contribuições, por tema e proponente.

PPCS – HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC	Associação civil sem fins lucrativos	Instituir, por meio de comissão independente e especializada, ferramentas para a avaliação e hierarquização dos impactos ambientais dos materiais recicláveis. Criar um ranking dos materiais mais impactantes, sugerindo ações, descontos e intervenções ponderadas pelo grau de seus impactos.
Amigos da Terra	Organização não governamental	A discussão no âmbito do processo de Marrakesh sobre os chamados PCS, que poderia ter sido utilizada como um insumo para o documento, acabou sendo adotada como o arcabouço conceitual do mesmo. Não foi mencionado, ao longo de todo o documento, o principal desafio da ação de governo a respeito do tema em objeto. Trata-se de um desafio transversal que, se atendido, seria suficiente para tornar redundante (ou obsoleta) a maioria das ações específicas e setoriais descritas pelo plano. Mais preocupante, trata-se do preceito estabelecido no capítulo “Princípios Gerais da Atividade Econômica” de nossa Constituição, introduzido em 2003. Não é sem constrangimento que temos de chamar a atenção sobre o fato de que o art. 170 da carta constitucional prevê <i>“tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”</i> . É evidente que a implementação de referido preceito constitucional deveria permear de forma consistente toda a política tributária nacional, que, ao adotar o tratamento diferenciado, induziria aqueles investimentos necessários para viabilizar as ações específicas objeto da minuta, e que na situação atual se tornam meros votos de desejo. Da mesma forma, seria irônico priorizar como um dos eixos da minuta de Plano o tema das <i>“compras públicas”</i> sem considerar que a legislação vigente para licitação está em aberto contraste com o referido preceito constitucional. Sem entrar aqui em detalhes, vale observar que o art. 170 da Constituição nem sequer é citado ao longo de toda a minuta, enquanto obviamente se trata da referência e norte obrigatórios para direcionar e ordenar a ação do gestor público nesta área.

PPCS – HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)	Agência ambiental	A concepção do mecanismo de implementação do Plano – que inclui os Fóruns Estaduais – deveria ser revista, seja com vistas a melhorar (e padronizar) o modelo destas instâncias, seja para substituir a Rede de Fóruns por algum outro mecanismo participativo mais operacional.
Departamento de Coordenação do Sistema Nacional do Meio Ambiente/ Ministério do Meio Ambiente	Governo Federal	De fundamental importância deve ser a integração das políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal para implementação do PPCS.
Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)	Entidade civil de caráter científico, com fins não econômicos	A ordem de prioridade do Plano deveria ser invertida: O Plano deve fazer um esforço de desenhar estratégias que aliem a redução da pobreza e da inclusão social às propostas para a produção e consumo sustentáveis, ou seja, o objetivo da redução da pobreza com inclusão social deve caminhar casado com os demais objetivos. As diretrizes e objetivos do PPCS deveriam ser descolados em relação aos protocolos internacionais. Esses são importantes, mas o País é independente para elaborar suas próprias diretrizes e objetivos.
Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande – Mato Grosso do Sul	Instituição de ensino superior	Importante a criação de um site/ portal para disponibilização em formato digital de todas as publicações do Ministério, com o objetivo de ampliar a divulgação e comunicação.

PPCS – HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS)	<p>Criado em 1990 para facilitar a participação da sociedade civil no processo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a Rio-92.</p> <p>Hoje há redes e grupos de trabalhos que acompanham e participam da implementação dos acordos da Rio-92 e de seus desdobramentos, e promovem a inserção do FBOMS na formulação de políticas públicas.</p>	<p>A conceituação do que seja “produção” e “produto” sustentáveis deve estar já na introdução, ou logo no início do texto.</p>
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) do Estado do Espírito Santo/ Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais (IDEIAS)	<p>IEMA - Autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo</p> <p>IDEIAS - organização da sociedade civil de interesse público</p>	<p>Rever a terminologia para as “prioridades”. Elas se confundem com estratégias. Não está claro se as prioridades são ações, metas, projetos, programas, estratégias ou objetivos.</p> <p>Sugiro a reformulação da estrutura do documento esclarecendo o que são as prioridades, as ações, as estratégias e as metas.</p>

PPCS – HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Instituto Akatu pelo Consumo Consciente	Organização não governamental	Deve ser criado um sub-item a mais dentro de “Mecanismos institucionais”, qual seja, uma função de acompanhamento e difusão/discussão das propostas para mudanças em leis, regulamentos, portarias, e outros instrumentos de políticas públicas e/ou organização institucional, etc. que tenham impacto sobre a PCS. O item (e) da lista que consta na p.76 aparenta ser uma rubrica capaz de abrigar uma atividade/função como esta. A falta de um mecanismo como o sugerido fragiliza a capacidade de acompanhamento e efetivação do PPCS por seus responsáveis e torna menos eficaz sua articulação com os demais atores sociais.
Mauricio Andrés	Pessoa física	Quanto à implementação do PPCS, sugiro o envolvimento de atores institucionais com maior capacidade de articulação política e de influência na economia, levando essa questão para o coração do governo (Casa Civil e ministérios da área econômica).
Trote da Cidadania pelo Consumo Consciente	Comissão de alunos de diferentes cursos da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	Sugestão de que sejam realizadas pesquisas, aproveitando os dados já disponíveis coletados e analisados pelo IBGE e IPEA, adicionando estudos sobre o comportamento do consumidor brasileiro, para disponibilizá-las e divulgá-las em diferentes meios de comunicação, juntamente com a fonte, de forma a tornar mais efetivas as políticas públicas orientadas para engajá-los no consumo sustentável.
Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais	Instituição de ensino superior	Propõe a criação do Portal do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis na internet: www.ppcs.gov.br

EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental	Organização da sociedade civil de interesse público de São Paulo	Disponibilizar a Coleção Consumo Sustentável e Ação (produzida por eles em 2009 e disponível para download no site) no PPCS.
Associação Brasileira da Cidadania e do Consumidor do Estado de Mato Grosso do Sul (ABCCON-MS)	Entidade civil sem fins lucrativos	Incluir uma ação/iniciativa na prioridade “Aumento da reciclagem de resíduos sólidos”: Promover a educação ambiental na comunidade escolar com ações educativas que estimulem mudanças nos hábitos de consumo.
Bruna Suzane dos Santos Souza	Pessoa física	Além da publicação de manuais e cartilhas, deveriam ser utilizados outros canais de comunicação como imprensa, jornais e programas de TV ou rádio. Manuais, cartilhas ou panfletos acabam não sendo uma ferramenta muito viável no que se refere à transmissão de informações, levando em consideração que é hábito adquirir estes materiais, ler de forma superficial e descartar, ou mesmo nem chegar a ler o conteúdo por inteiro.
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente CONDEMA da Prefeitura de Pirenópolis - GO	Órgão da Administração Pública Municipal	Investir em ações educativas que priorize o Consumo LOCAL, evitando assim o desperdício de combustível (energia) no transporte de produtos de locais de produção distantes do consumidor.
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) do Estado do Espírito Santo/ Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais (IDEIAS)	IEMA - Autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo IDEIAS - organização da sociedade civil de interesse público	Incluir o MEC no Comitê Gestor de PCS

EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade	Associação internacional	Propõe ações na prioridade: “Educação para o consumo sustentável”: 1) articulação com os ministérios de Educação, Saúde e Planejamento e Gestão, para elaborar diretrizes de compras nas escolas. Para se iniciar com projeto piloto, um convite e um concurso poderiam incentivar a participação voluntária de escolas nas capitais-sede dos jogos. Estabelecer política voltada a incentivar o consumo de produtos mais sustentáveis, tanto pela administração das escolas quanto pelos alunos. Por exemplo, normatizar propaganda nos prédios escolares, em material escolar e nas cantinas.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)	Instituição de ensino superior e técnico	Maior divulgação de materiais informativos sobre o tema de PCS à sociedade como um todo. Muitas escolas ainda não conhecem a série de Documentos oficiais editados pelo MEC, PNUMA e outros órgãos com vistas a promover a educação para o consumo sustentável. Isto implica no desconhecimento das ações por parte de professores e alunos, configurando-se em obstáculos para efetivação das ações em nível local.
Associação Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania (Salvador – BA)	Organização não governamental	Avançar na incorporação do ensino superior, seja de instituições públicas ou privadas, como ambiente propício à formação de multiplicadores do processo de educação para o consumo sustentável, por terem a responsabilidade de formar os futuros profissionais que atuarão na ponta dos processos produtivos, educacionais, administrativos, de comunicação, etc.
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	Instituição de ensino superior	Deveriam ser feitas parcerias com as instituições de ensino, pois tendo essa influência direta no ensino-aprendizado formal da população, o PPCS seria conhecido de forma mais clara e por uma demanda maior da sociedade.

EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Trote da Cidadania pelo Consumo Consciente	Comissão de alunos de diferentes cursos da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	Disseminar, principalmente nas cidades que sediarão competições e jogos e aeroportos, pequenas informações em forma de textos, publicidade, em diferentes línguas, explicando sucintamente aos turistas formas de contribuir para o consumo sustentável e como colaborar para a limpeza urbana, economia de energia, água e outros recursos importantes, durante sua estada no Brasil, e também através de mídias e propagandas durante intervalos dos jogos e ilustrações, permitindo que possam aplicar também em seu local de origem.
Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais	Instituição de ensino superior	Estímulo à realização de campanhas voltadas ao consumo sustentável nas escolas, como gincanas, campanhas educativas e feiras de ciências. O MMA poderia promover um concurso, por exemplo.

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Adriana Neves de Almeida	Pessoa física	Exigir por meio de uma Lei específica que as compras públicas do âmbito da administração pública sejam sustentáveis, isso nas três esferas de governo, incentivando setores industriais e empresas a ampliem seu portfólio de produtos e serviços sustentáveis, induzindo com essa dinâmica a ampliação de atividades reconhecidas como “economia verde” (<i>green economy</i>) ou de baixo carbono.

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade	Associação internacional	<p>Propõe ações na prioridade “Compras públicas sustentáveis”: Fortalecer o programa de capacitação de gestores sendo implementado em parceria com o MPOG. Ampliar e atualizar os cursos presenciais e a distancia para formar novos multiplicadores, incluindo técnicos e tomadores de decisão dos governos estaduais e municipais, priorizando no prazo de 3 anos as capitais que sediarão os jogos da Copa em 2014.</p> <p>Propõe o estabelecimento de parceria para apoiar o MMA na concepção de uma metodologia nacional de capacitação em consumo sustentável, para educadores e outros setores identificados como prioridade, que terá como componentes cartilhas, portal virtual, e treinamentos.</p> <p>Recomendamos que o Ministério de Meio Ambiente desenvolva práticas de compras públicas sustentáveis internamente, de modo a consolidar sua posição como líder no assunto ao dar o exemplo. O ICLEI tem interesse em trabalhar juntamente com o MMA para a aplicação de sua metodologia. Desta maneira, o MMA poderá falar da experiência própria sobre os desafios associados a implementar licitações com critérios de sustentabilidade e como pôde superá-los. Este projeto pode ser replicado por outros órgãos da União. Parte fundamental da metodologia é priorizar os mercados locais para gerar emprego e renda, e reduzir o custo ambiental do transporte. Recomendamos ainda a continuidade de um projeto desenvolvido no Ministério em 2009, que foi suspenso, para o treinamento de governos locais nas cinco regiões do Brasil.</p>
Rozane MarciaTriches	Pessoa física	<p>Considerar também as compras públicas de alimentos para Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ambos têm sido utilizados para adquirir produtos de agricultores familiares, incentivando a produção de pequena escala e as cadeias curtas de abastecimento, favorecendo a inclusão social (dos pequenos agricultores), a diminuição da emissão de gases poluentes (produção local). Por outro lado, favorecendo o consumo de alimentos mais básicos e naturais, e por consequência, a saúde dos beneficiários.</p> <p>Incluir a compra de alimentos para os programas alimentares como o PAA e o PNAE (só deste programa são 6 bilhões de reais por ano gastos com alimentos que podem ser utilizados para promover cadeias de abastecimento sustentáveis). Além disso, o Programa de Alimentação Escolar pode ser uma ferramenta para a educação alimentar dos escolares para fazerem escolhas mais saudáveis, incentivando o consumo local, tradicional, cultural, natural, fomentando outra forma de produção mais sustentável. A educação alimentar e a sustentabilidade com mudança cultural iniciam-se na infância e, portanto, as escolas podem utilizar o PNAE como ferramenta para isso.</p>

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Trote da Cidadania pelo Consumo Consciente	Comissão de alunos de diferentes cursos da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	Inserir o fator social e ambiental nos quesitos de pontuação para a concessão de licitação, além de critérios de qualidade e preço. Para poder tornar isto possível, agilizar o processo de licitação que desestimula os gestores públicos a tomarem esta iniciativa, da seguinte forma: assegurar avanços e trabalhar para a disseminação da prática de compras públicas sustentáveis, constituindo um banco de dados que possa colecionar casos exitosos, registrar inovações que possam ser universalizadas, para os tomadores de decisão e gestores públicos.
Universidade Federal de Uberlândia	Instituição de ensino superior	Criação de um cadastro nacional de fabricantes e fornecedores de bens e serviços sustentáveis certificados, incluindo registros de atas de preços de licitações válidas realizadas por órgãos públicos.

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental	Organização da sociedade civil de interesse público	Proposta de parceria com o MMA para a promoção de um programa nacional de capacitação de gestores públicos para aplicar a nova legislação em compras públicas sustentáveis, tendo em vista que o Instituto já atua em diversos municípios dos estados de SP, MT, MS e GO e em 2011 será realizado o curso de Educação para Sustentabilidade nestes municípios.
Conselho Municipal de Meio ambiente e Urbanismo de Campos dos Goytacazes (CMMAU) – RJ	Órgão da Administração Pública Municipal	Deveriam ser feitas articulações do PPCS com as Agendas 21 Locais, apoiando as iniciativas de criação de oficinas comunitárias que abordem os temas prioritários do PPCS, com adoção destas prioridades entre as propostas das Agendas 21.
Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)	Entidade civil de caráter científico, com fins não econômico	Integração do PPCS com as demais políticas do País, incluindo as “não ambientais”. Por exemplo, se o pressuposto para a implementação do Plano é a informação consciente, isso também deveria interagir fortemente com a questão educacional do país (Plano Nacional da Educação).

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade	Associação internacional	Propõe ações na prioridade A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P: além das ações e metas propostas no PPCS preliminar, seria importante dar escala para a divulgação dos resultados. O prêmio é um excelente estímulo, mas a fim de atingir a meta de ampliação da rede é preciso intensificar o processo de disseminação da iniciativa e de seus resultados.

AUMENTO DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
3LIXOS ME	Empresa	Avançar sobre os municípios que não possuem a coleta seletiva (dos 5565 municípios brasileiros, menos de 500 possuem a coleta seletiva), criando mecanismos de investimento e organização das cooperativas através de um sistema e método eficazes. O CONAMA deveria legislar sobre a disposição, coleta e destinação dos resíduos SOMENTE ORGÂNICOS, obrigando as prefeituras a coletar e destinar este material que representa mais de 50% de todo o lixo domiciliar urbano. Oferece solução para a erradicação do lixo domiciliar urbano, propondo parceria.
Associação Brasileira da Cidadania e do Consumidor do Estado de Mato Grosso do Sul (ABCCON-MS)	Entidade civil sem fins lucrativos	Elaboração de materiais didáticos e campanhas permanentes dirigidas sobre os impactos da geração de resíduos sólidos, buscando sensibilizar para a importância da reciclagem. As campanhas sobre os impactos da geração de resíduos sólidos devem ser permanentes. É preciso que fique evidente que os impactos da geração de resíduos sólidos são graves e sua minimização é urgente e contínua.
ABRE – Associação Brasileira de Embalagem	Sociedade civil sem fins lucrativos	Promover a disseminação e conhecimento da simbologia de Descarte Seletivo para reconhecimento das embalagens a serem encaminhadas para os programas de reciclagem.
Alberto Magno Cerqueira Bomfim	Pessoa física	Exigir e criar mecanismos de fiscalização no cumprimento do Decreto 5.940/2006 (que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta) em toda a esfera federal.

AUMENTO DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)	Agência ambiental	A tabela das p.33-35, que relaciona os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) aos objetivos do PPCS, evidencia que os objetivos atualmente apresentados não são suficientes para assegurar o atendimento a PNRS - faz falta criar meios de atuar de modo mais eficaz na produção. Assim, sugerimos que além do PNMC (cf. p.13) outras políticas devam ser direcionadas a este foco, e defendemos que no PPCS haja uma prioridade adicional, ligada à <i>"indução à melhoria contínua do desempenho ambiental dos setores produtivos"</i> - indicando como início deste caminho uma evolução regulatória dos instrumentos públicos de gestão, inclusive do licenciamento ambiental e dos instrumentos econômicos.
Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)	Entidade civil de caráter científico, com fins não econômico	Importante o estabelecimento de parcerias com as Prefeituras para implementação das ações do Plano, especialmente aquelas relacionadas com a prioridade "Aumento da reciclagem de resíduos sólidos", tendo em vista que no Brasil apenas 7% dos municípios fazem separação de material reciclável.
ONG Elo Ambiental	Organização não governamental	Inclusão de novas ações na prioridade "Aumento da reciclagem de resíduos sólidos": 1) Desenvolvimento de módulos de educação ambiental voltados para o descarte consciente; 2) Criação de mecanismos de incentivo e monitoramento, tais como indicadores, relatórios de performance e outros, que demonstrem a redução de resíduos sólidos lançados incorretamente nos municípios.
Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande – Mato Grosso do Sul	Instituição de ensino superior	Inclusão de nova ação na prioridade "Aumento da reciclagem de resíduos sólidos": Incentivar estudos que identifiquem melhores formas, procedimentos e métodos de descartes e tratamentos para os resíduos.
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS)	Associação	Os resíduos sólidos, quando mencionados, são vistos no Plano pela ótica de sua utilização como "matéria-prima" e não são abordadas aquelas substâncias tóxicas de alta periculosidade que não podem ficar ao alcance de catadores e recicladores.

AUMENTO DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade	Associação internacional	Propõe ações na prioridade “Aumento da reciclagem de resíduos sólidos: visando implementar a PNRS e incrementar a “economia verde”, é fundamental a articulação com o setor produtivo. Sem isso, não haverá adesão que garanta a consolidação das práticas de reciclagem. Mudar a percepção sobre os resíduos como sendo “lixo” para uma onde sejam compreendidos e tratados como “recursos” é o desafio da educação para o tema. Os municípios também são atores relevantes a serem mais envolvidos nos processos de discussão e definição das estratégias para implementação da PNRS e do PPCS sobre reciclagem. Promover com as entidades de classe (os sistema S, as federações de comércio e os sindicatos nacionais, por exemplo) acordos de cooperação para treinamento, implementação e fiscalização.

VAREJO SUSTENTÁVEL		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental	Organização da sociedade civil de interesse público	Discutir a questão do desperdício na cadeia produtiva de varejo. Descartar é mais barato para todo o setor varejista, por isso entendemos ser fundamental atuar com foco no conceito de desperdício de tudo, principalmente no varejo.
ABRE – Associação Brasileira de Embalagem	Sociedade civil sem fins lucrativos	Incentivo e facilidades de licenciamento para empresas que possuem sistema de gestão ambiental implantado / certificado (ISO 14001), como forma de motivar os empresários a investirem em sistema de gestão ambiental, buscar certificação e manter o sistema visando à redução dos impactos ambientais causados por seu processo.
Adriana Neves de Almeida	Pessoa física	Propor aos polos industriais que criem postos de arrecadações de todo tipo de eletroeletrônicos ou outros aparelhos danificados e/ou inutilizáveis, que posteriormente possam ser reaproveitados na produção de novos equipamentos.

VAREJO SUSTENTÁVEL		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
ONG ambientalista Amigos da Terra	Organização não governamental	É preocupante a ausência completa da abordagem de cadeia de valor, conceito que só aparece numa figura, importada de fonte de terceiros, no parágrafo específico sobre varejo. Nossa entidade, que há duas décadas se engaja para liderar a inovação nas cadeias, tem proporcionado, com importantes parceiros, expressivo debate com empresas importantes no Brasil, em cima de uma abordagem de cadeia de valor. O mais recente ocorreu com diversos líderes empresariais e mais de 50 empresas, no Banco do Brasil, neste mesmo mês de novembro. Não registramos interesse nem participação de órgãos da administração federal direta. Com base na nossa experiência, um plano de ação que não esteja alinhado com as tendências mais recentes na inovação nasceria já desatualizado e sem capacidade indutora estratégica de transformação.
Blog Decrescimento- Brasil	Plataforma virtual de informações e de articulação	Apesar de se priorizar a atuação com as redes supermercadistas, o PPCS também deveria ter ações voltadas para: o fortalecimento e crescimento das feiras livres e de produtos agroecológicos e orgânicos; formação de cooperativas e de grupos de consumo sustentáveis e formação de associações e centrais de pequenos varejistas. Promover essas iniciativas tem grande importância para a sustentabilidade, pois os pequenos estabelecimentos varejistas e as feiras promovem o consumo de produtos localmente, reduzindo as distâncias de deslocamento das mercadorias, além de diversificar e valorizar a produção e os hábitos produtivos locais e a aproximação da relação produtor-consumidor, além da redução de intermediários na cadeia produtiva.
Departamento de Qualidade Ambiental / Ministério do Meio Ambiente	Governo federal	Sugestão de uma ação voltada à regulamentação das embalagens, como forma de compatibilizar os esforços do PPCS (campanhas de consumo consciente de embalagens de 2008 e a "Saco é um Saco" de 2009) com o Art. 32 da PNRS.
ONG Elo Ambiental	Organização não governamental	Inclusão de nova ação na prioridade "Varejo e consumo sustentáveis": Incentivar o comércio de produtos locais para promover produtores locais e contribuir com a diminuição do transporte sem necessidade.

VAREJO SUSTENTÁVEL		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS)	Associação	O Plano dá maior ênfase ao fim da vida útil dos produtos consumidos, e não faz a conexão necessária entre os conceitos de “consumo sustentável” com “consumo saudável”, embora em algum momento mencione “consumo consciente” sem se aprofundar. Buscou incorporar as contribuições da I Conferência de Saúde Ambiental, mas não as adotou na prática. Pelo menos três Moções foram lá apresentadas que se têm conhecimento: por uma política mais protetiva em relação ao Chumbo nas Tintas; o mesmo para Mercúrio em Produtos; e pelo Banimento do Amianto. Consumo Sustentável, conectado diretamente com Processo de Produção, também tem relação com direitos humanos. Trabalho escravo e condições péssimas de trabalho são fatores que desqualificam a sustentabilidade de um processo de produção (seja de matéria-prima, seja de produtos) como também no processo de descarte, coleta e reciclagem. O Plano deveria ter um capítulo especial sobre direitos humanos e processos de produção, incorporando uma menção aos objetivos do ISO 26000, por exemplo, e outros mecanismos de controle social.
ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade	Associação internacional	Propõe ações na prioridade “Varejo e consumo sustentáveis”. O melhor estímulo para os setores envolvidos na cadeia varejista é econômico. Conceder incentivos fiscais ou promover suas práticas sustentáveis como forma de diferenciar as boas práticas frente à concorrência é uma estratégia que funciona. Tendo em vista a Copa 2014, um alvo prioritário para incrementar práticas de sustentabilidade, sobretudo de eficiência no consumo de recursos (energia e água) é o setor hoteleiro. Um pacto com as entidades de classe do setor hoteleiro, para ampliar as práticas de sustentabilidade pode ser feito no curto prazo. Apoiar programas de capacitação de funcionários do setor poderá agilizar o processo. Propõe ações na prioridade “Varejo e consumo sustentáveis”: o melhor estímulo para os setores envolvidos na cadeia.
Mauricio Andrés	Pessoa física	No campo do consumo, deveriam ser aprofundados os aspectos psicológicos e subjetivos da economia e da formação da demanda por meio do enfoque da ecologia do ser.
Rozane MarciaTriches	Pessoa física	Incluir o estímulo às cadeias curtas de abastecimento ou à produção/ consumo local. Esta prática incentiva a pequena escala de produção com mais facilidade de produção de alimentos orgânicos/ecológicos, minimização da necessidade de transporte e de embalagem, minimização de adição de produtos químicos na produção e processamento dos alimentos; diminuição da utilização de embalagens; inclusão social; saúde pública.

VAREJO SUSTENTÁVEL		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Trote da Cidadania pelo Consumo Consciente	Comissão de alunos de diferentes cursos da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	Divulgação, disponibilização e estímulo ao acesso a todas as informações, estudos e indicadores sobre consumo consciente/sustentável em diferentes meios, como por exemplo, os citados no início da p.47 no site do MMA, onde o setor de indicadores ainda não possui dados sobre o consumo sustentável/consciente e no site de instituições apoiadoras ou ligadas de algum modo ao PPCS. A disponibilidade de acesso a este tipo de informação, principalmente atrelado ao nome do MMA, que traz credibilidade à informação, é extremamente importante para estimular ainda mais o consumo sustentável.
Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais	Instituição de ensino superior	Transformar as escolas em Pontos Verdes, com ações de educação para o consumo sustentável.

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental	Organização da sociedade civil de interesse público	O estabelecimento de critérios mínimos para construção sustentável: captação de água de chuva e reuso da mesma, tratamento biológico do esgoto, captação de energia solar para aquecer água, telhado verde.
ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade	Associação internacional com atuação no Brasil	<p>Propõe ações na prioridade “Promoção de Iniciativas de PCS em construção sustentável” – além das ações propostas, recomenda-se estabelecer parceria com o Ministério da Educação e o Ministério de Ciência e Tecnologia para promover a capacitação de professores do ensino de nível técnico e superior para projetar dentro de critérios de sustentabilidade. Os cursos de formação técnica e superior em construção civil, como engenharia e arquitetura, não valorizam aspectos de eco-eficiência e soluções ambientalmente adequadas. Identificar os cursos voltados para esses aspectos, como higiene das habitações e planejamento, que tenham esse recorte, conhecer seus resultados e divulgar boas práticas é possível como ação para implementação em 3 anos. Além das universidades, entidades de classe como o Sinduscon e a CBIC podem ser parceiros importantes na disseminação de práticas e conceitos de sustentabilidade no setor.</p> <p>Em coordenação com os atores relevantes, estabelecer uma agenda para a definição e implementação de projetos de infra-estrutura verde, modernizando as nossas cidades (especialmente aquelas que sediarão a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016) e criando empregos verdes que serão sustentados por uma demanda crescente dos setores da construção civil, indústria de base e de serviços, por exemplo. Ademais, o ICLEI mundial tem um acordo de cooperação técnica com o PNUMA que facilita a realização de ações conjuntas, por exemplo, no âmbito de sua iniciativa de construção e edificações sustentáveis (SCBI). O ICLEI conta em sua rede com a participação de diversas capitais ao redor do mundo que sediaram grandes eventos, como a Cidade do Cabo, Barcelona, Londres, Melbourne e Vancouver. O ICLEI poderá apoiar o intercâmbio com essas cidades em parceria com o Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Cidades e o setor privado para agregar as cidades brasileiras a essa rede de centros de urbanos líderes em eventos sustentáveis. Nosso projeto pioneiro, Políticas de Construção Sustentável – PoliCS demonstra com seus resultados que as cidades brasileiras estão preparadas e dispostas a investir nessas políticas. Sua experiência pode ser disseminada e replicada pelas cidades sede dos jogos da Copa no Brasil. O ICLEI pode ser um parceiro importante nesse processo.</p>

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Instituto Anima de Desenvolvimento e Cultura Sustentável	Organização não governamental	Importância da bioconstrução e da bioarquitetura na construção sustentável. Propõe: Casas com menos uso de cimento possível, revalorização dos recursos locais e do aproveitamento de fontes mais naturais e de reciclagem de resíduos. Para zonas de maior impacto climático, temos a técnica do super adobe e do telhado vivo. Popularizar as ferramentas de energia solar, eólica, serpentina, zona de raízes e espinha de peixe no saneamento ecológico, compostagem, iluminação com garrafas pets, etc.
Jeferson Chagas da Cruz	Pessoa física	Elaboração de estudos do impacto ambiental em longo prazo, por uma equipe multidisciplinar, para que assim, melhorem a performance socioambiental desde o projeto até a construção efetiva.
Milena Pereira de Souza	Pessoa física	Promover curso voltado especificamente aos profissionais da área da construção civil para a redução do desperdício de materiais que provoquem menor impacto ambiental.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Governo Federal	Mencionar no documento do Plano como iniciativas já realizadas ou em andamento pelo Governo na área de construções sustentáveis o Programa de Tecnologia de Habitação – HABITARE, coordenado pela Finep, que teve diversas experiências de apoio a construções sustentáveis, como por exemplo o projeto de uma casa-modelo direcionada à pesquisa e demonstração de soluções inovadoras para uso racional da energia elétrica e menor impacto ambiental, que além disso, foi um dos três vencedores do concurso “Melhor Prática em Construção Sustentável”, revelado durante a 11ª Conferência Latino-Americana de Construção Sustentável, realizada em 2004. O trabalho é um dos desdobramentos da pesquisa Normalização em Conforto Ambiental, apoiada pelo Programa Habitare.
Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais	Instituição de ensino superior	Apoio ao desenvolvimento de tecnologias e práticas de construção sustentável, por universidades e empresas, por meio de editais de financiamento.

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Blog Decrescimento-Brasil	Plataforma virtual de informações e de articulação	Sugere a inclusão de novas ações na prioridade “Promoção de iniciativas de PCS em construção sustentável”: 1) Estímulo ao desenvolvimento tecnológico, à formação técnico-profissional e na ampliação do mercado para o uso de bambu e madeiras nativas de reflorestamento na construção civil além do resgate e aperfeiçoamento de técnicas de construção com terra, como o adobe, a taipa de mão, a taipa de pilão, o cobe, o superadobe, dentre outros. 2) Estímulo à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e aplicação de sistemas de saneamento que reduzam ou eliminem o uso de água, tais como banheiros secos, e que reduzam a necessidade da implantação de redes de esgoto públicos com o tratamento da água dentro da propriedade.
CAIXA Econômica Federal	Empresa pública	Inclusão de novas ações na prioridade “Promoção de iniciativas de PCS em construção sustentável”: 1) Mobilização de todas as instituições financeiras que operam com financiamento imobiliário no país para aderirem a Ação Madeira Legal; 2) Ampliar a Ação Madeira Legal para os programas do OGU que financiam obras de saneamento, infraestrutura e outras que possam utilizar madeiras em seu processo construtivo; 3) Mobilização das empresas do setor da construção civil para se engajarem na ação, buscando assim garantir a sustentabilidade da exploração madeireira no Brasil; 4) utilizar as premissas do desenho universal na concepção e execução dos empreendimentos, em especial, nos projetos de áreas públicas e infraestrutura urbana; 5) Buscar soluções adequadas de implantação dos projetos, em especial de urbanização e infraestrutura, de forma a reduzir os impactos ao perfil natural do terreno e minimizar os danos ao meio ambiente, buscando reduzir os movimentos de terra (cortes e aterros), que são os principais causadores de erosão; 6) Buscar soluções adequadas para manter o sistema natural de drenagem do terreno ou implantar sistema com menor impacto aos cursos d’água existentes; 7) Evitar a supressão de vegetação e, caso seja imprescindível, obter autorização prévia, conforme legislação vigente ou providenciar o replantio na mesma proporção no empreendimento ou em seu entorno; 8) Contemplar espaços com áreas verdes nos projetos de empreendimentos habitacionais, urbanização e infraestrutura urbana, como forma de garantir maior conforto térmico e reduzir a impermeabilização do solo, contribuindo para infiltração das águas pluviais; 9) Adotar medidas para a redução do efeito ilha de calor urbano, dos gases geradores do efeito estufa – GEE e melhoria da qualidade do ar, por meio do uso de vegetação, como, por exemplo, a previsão de áreas verdes e o plantio de árvores nativas ou frutíferas na área do empreendimento e/ou de sua influência direta; 10) Incentivar a etiquetagem dos empreendimentos habitacionais como forma de garantir a melhoria da qualidade e da eficiência energética das moradias;

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
CAIXA Econômica Federal	Empresa pública	11) Utilizar materiais de qualidade comprovada, que não constem na relação de fabricantes de produtos não-conformes do PBQP-H, nas obras públicas e financiadas; Buscar a padronização dos materiais construtivos a fim de incentivar a coordenação modular de projetos, com o intuito de reduzir os resíduos de construção e demolição e obter produtos e projetos de melhor qualidade; 12) Elaborar relação de materiais restritos ou não permitidos, que causam danos ambientais e à saúde dos trabalhadores da obra e dos futuros usuários; 13) Exigir que todos os projetos públicos ou financiados atendam as normas técnicas da ABNT; 14) Incentivar ações de educação e capacitação dos empregados das obras e das comunidades beneficiadas pelos empreendimentos buscando melhorar a qualidade de vida e inclusão social dessa população; 15) Informar aos futuros moradores e usuários, por meio de manuais e/ou atividades educativas, sobre as adicionalidades socioambientais dos projetos, incluindo informações sobre o uso adequado e manutenção de sistemas e equipamentos.

TEMAS GERAIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
ONG ambientalista Amigos da Terra	Organização não governamental	Entidades com experiência relevante e que geraram, ao longo dos anos, verdadeiros laboratórios mercadológicos, institucionais e tecnológicos, enraizados na realidade brasileira e conectados com as tendências globais, poderiam ter sido consultadas na fase de desenho e concepção do Plano, o que contribuiria para alcançar mais qualidade e sintonia com a sociedade. O fato de o Plano estar vinculado a uma instância (Comitê Gestor) do MMA, sendo este o encarregado de sua futura coordenação e gestão, aponta para a escassa viabilidade de sua implementação, pois referido ministério carece de atribuições formais que lhe permitam exercer esta função, e ainda mais de instrumentos e meios que possam permitir sua implementação. A falta de instâncias coordenadoras (Casa Civil e Planejamento) e de ministérios chave (MAPA, etc.) Comitê Gestor, confirmam a improbabilidade de esforços que destas pastas dependem.

TEMAS GERAIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)	Agência ambiental	<p>Importância do envolvimento dos órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) no processo de elaboração, detalhamento e execução do PPCS. É importante lembrar que em muitos estados são estes órgãos que são responsáveis pela maior parte das ações executivas da Política Nacional de Meio Ambiente. Nesse sentido, deveria ser dado um assento no Comitê Gestor para um representante indicado pela ABEMA bem como a realização de workshops regionais.</p> <p>Deveria ser mencionado que as ações do PPCS também devem promover a melhoria de aspectos ambientais relativos a outros problemas, locais e regionais, ainda muito graves em diversas regiões do País (como por exemplo a escassez de água, poluição de corpos d'água, poluição atmosférica, poluentes difusos, etc.).</p>
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente CONDEMA da Prefeitura de Pirenópolis - GO	Órgão da Administração Pública Municipal	<p>Na prioridade "Agricultura e pecuária sustentáveis", sugere: Priorizar a produção pecuária extensiva (não confinada), a Agroecologia, a Permacultura, a Agro-Silvicultura (Sistemas Agro-Florestais SAF), com o emprego de insumos produzidos localmente, e práticas de: conservação d'água, (cobertura morta), adubação verde, biofertilizante, biodigestor, bicombustível (tração animal), a Apicultura e a Meliponicultura, Convivência com o bioma específico (Semi-Árido CSA, Cerrado, Mata Atlântica, Amazônia) entre outros. Priorizar a produção de variedades de culturas e raças de animais adaptados ao bioma / meio ambiente.</p>
Blog Decrescimento-Brasil	Plataforma virtual de informações e de articulação	<p>Definição de critérios ambientais mínimos para a concessão de financiamento de crédito ao programa "Minha Casa, Minha Vida": coleta de água da chuva; sistemas de reaproveitamento das águas cinzas e banheiros com sistema de descarga diferenciada para fezes e para urina.</p>
Departamento de Qualidade Ambiental /Ministério do Meio Ambiente	Governo Federal	<p>Inclusão de um novo item ao documento do PPCS "Conexão e compatibilização do PPCS com a proposta do Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida-PBACV, que está sendo elaborado sob a coordenação do MDIC e MCT.</p>

TEMAS GERAIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Departamento de Coordenação do Sistema Nacional do Meio Ambiente/ Ministério do Meio Ambiente	Governo Federal	<p>Propõe cursos de capacitação pelo DSIS/PNC aos servidores estaduais e municipais (facilitadores/multiplicadores) em “Gestão de Resíduos Sólidos” - cursos EAD na plataforma moodle – 500 municípios/ano, totalizando 2.000 municípios de 2011 a 2014. Cursos com duração de 4 meses, inserindo o PPCS como tema transversal;</p> <p>b) Proposta: inovar na aplicação de conceitos de “ciclo total de controle integrado do PPCS” na gestão e reciclagem de resíduos (sólidos e líquidos), através da metodologia consagrada do “Ciclo do PDCA -Plan, Do, Control e Action – sistema TQC”, desde a matéria prima, processo e produção, transporte, distribuição, consumo e reciclagem/aterro/lixão, nas seguintes etapas do ciclo de vida: a) especificação e projeto do produto; b) padrão técnico do processo;c) procedimentos operacionais; d)execução conforme padrões de PPCS; e) padrão de inspeção; f) solução de problemas e eliminação das causas de não-cumprimento do PPCS nas várias fase do ciclo integrado de um produto X. Teste piloto: poderia ser realizado pelo PNC. Ecodesign: significa considerar potenciais impactos ambientais, no momento do projeto de criação e desenvolvimento do produto, conforme item a) desta proposta (ciclo do PDCA). Propostas: a) Investimentos maciços e urgentes em redes de saneamento básico de esgotos, integrando o PPCS e as obras do PAC 1 e 2; b) campanhas de educação ambiental (cartilhas, manuais, cursos EAD), voltadas exclusivamente com estratégias de mídia para a população de menor renda, de cerca de 100 milhões de pessoas, no sentido de adoção de novas atitudes de Produção e Consumo, sem impactos ambientais “in locum”.</p>
Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)	Entidade civil de caráter científico, com fins não econômico	<p>Deve ser apresentado o plano de monitoramento e respectivos indicadores de desempenho do Plano.</p> <p>O mesmo quadro comparativo entre o Plano e o PNRS deveria ser feito para os outros planos mencionados no documento.</p> <p>Maior clareza em relação a metas e conceitos. O Plano é vago e/ou omissivo com relação a metas e conceitos. O PPCS está cheio de expressões do tipo ações, iniciativas, divulgar, contribuir, apoiar etc., porém, só encontramos uma meta quantitativa: 20% de reciclagem, em 2015, e 25%, em 2020. Mas não é meta do PPCS, e sim “importada” do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas. Nossa expectativa é que nesse último plano tivesse explicado como vai se medir essa reciclagem, pois no PPCS isso não é mencionado - por exemplo, é reciclagem de que? Só de vidro, alumínio e papel, que são os itens destacados no PPCS? É de “tudo”?</p>

TEMAS GERAIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande – Mato Grosso do Sul	Instituição de ensino superior	Criação de uma “Lista Negra”, ou seja, um cadastro único para empresas que tenham sido autuadas por órgãos de fiscalização ambiental (municipal, estadual ou federal), assim como a Criação de uma “Lista Verde” para empresas comprometidas com a causa ambiental e que ofereçam produtos ecologicamente corretos. Uma empresa inscrita na suposta Lista Negra, por exemplo, estaria impedida de participar de licitações por um determinado período.
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS)	Associação	<p>Importância da questão dos “químicos”, não tratados no PPCS. “Consumo sustentável” deve levar em conta a segurança química e biológica do consumidor também. O Plano menciona apenas alguns poucos instrumentos legais internacionais assumidos pelo Brasil, deixando de mencionar muitos outros que têm forte relação com o tema de produção e consumo sustentáveis, como por exemplo, a Convenção de Estocolmo sobre os 12 POPs, que recentemente adicionou mais 9 POPs à galeria de substâncias químicas contidas em processos e produtos que são diariamente consumidos pela população e que devem ser banidas. O Brasil ratificou esse Tratado em 2006, mas isso não é informado. O Brasil também aderiu ao SAICM - Enfoque Estratégico da Gestão Internacional de Substâncias Químicas, que traçou temas emergentes como Chumbo nas Tintas, Mercúrio em Produtos, Substâncias Químicas em Eletroeletrônicos e Nanotecnologia, este último de extrema relevância devido à absoluta falta de normatização de sua gestão (nanopartículas e nanoresíduos) no aparato legislativo do Brasil. Não há qualquer menção do SAICM no texto do Plano. Sugerimos a inclusão de uma lista de todos os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, juntamente com a sua forma de implementação, e o processo de sinergia entre esses compromissos e tratados. Além disso, sugerimos que sejam também adicionais ao glossário do Plano.</p> <p>O Brasil também ratificou a Convenção da Basileia sobre Movimentos Transfronteiriços de Resíduos e a Convenção de Roterdã. Essas informações cruciais para a construção de um conceito robusto de Produção e Consumo Sustentável também devem ser mencionadas no texto e incluídas no glossário. O Brasil participa da negociação intergovernamental sobre um tratado do mercúrio que será assinado em 2013. Um dos objetivos principais do tratado será o banimento de processos e produtos contendo mercúrio. O Plano não pode deixar de mencionar esse fato e se aprofundar no problema dos instrumentos que utilizam mercúrio, que é uma lista bem maior do que apenas lâmpadas fluorescentes.</p>

TEMAS GERAIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS)	Associação	<p>O problema não deve ser abordado apenas pelo aspecto do descarte, coleta e reciclagem, pois embora sejam importantes, não abrangem todo o escopo da cadeia do mercúrio. Além disso, há casos especiais como a mineração artesanal de ouro que utiliza mercúrio e contamina a cadeia alimentar do planeta (peixes), o que requer muito mais atenção no seu processo de extração e produção (ouro) do que o gerenciamento do seu produto ao consumidor (jóias) para o qual não há exatamente um problema grave de descarte e reciclagem, ainda que envolva um aspecto vital que é a “consciência” do consumidor de jóias sobre a trajetória anterior daquele produto.</p> <p>Sugestão de incluir no texto informação de que os agrotóxicos são produtos consumidos largamente pela população (sem “consciência”), sendo que o Brasil é o maior consumidor de pesticidas e fertilizantes tóxicos do planeta. Crítica o fato de que não é feita menção ao esforço dos movimentos civis organizados que buscam o fortalecimento da agricultura agroecológica e agricultura familiar. Esse aspecto está diretamente conectado com o de “Produção Sustentável” uma vez que Processos de Produção fazem parte indissociável da cadeia dos produtos. Não há no Plano menção adequada e aprofundada sobre Processos de Produção dentro da ótica de utilização de substâncias tóxicas em chão de fábrica, ainda menos se menciona o processo de obtenção de matérias-primas para suprirem o Processo de Produção (mineração, atividade poluente e danosa para a saúde; extração de petróleo e refino; etc.).</p> <p>Crítica à Resolução CONAMA Nº. 401/2008. Não é possível elogiar essa nova resolução no aspecto da reciclagem porque ela permite que todas as pilhas coletadas sejam enviadas para a incineração, destruindo preciosos materiais reutilizáveis em cuja produção foram aplicados, por sua vez, valiosos recursos naturais (florestas derrubadas para mineração de bauxita, energia para o processo de produção (o processo de produção de alumínio é eletro-intensivo, requer muita energia, contaminação química por efluentes despejados nos rios, contaminação de trabalhadores e comunidades, destruição da biodiversidade, entre outros, e por conta disso não há justificativa técnica nem moral na permissão de sua destruição térmica, principalmente quando se sabe que existe tecnologia para recuperação e reutilização de seus componentes.</p> <p>Entre os atores que devem ser estimulados a participar e contribuir são relevantes as ONGs ambientalistas e de saúde ambiental, e as escolas superiores de Engenharia, Medicina, Direito, Desenho de Produto, Marketing, Psicologia, Educação, Sociologia, Antropologia, entre outras que atuam e influenciam fortemente as questões relacionadas a consumo e processos de produção (setor universitário que forma os profissionais que irão atuar na área).</p> <p>Necessidade de mencionar as ações voluntárias que estão sendo executadas pelos diversos segmentos da sociedade, como a implementação de normas ISO (26000, entre outras) e medidas similares tanto pelas empresas como pelas ONGs.</p>

TEMAS GERAIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – Acre	Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – Superintendência Estadual	O texto está um pouco longo, prolixo, repetitivo. É preciso resumir-lo, torná-lo mais enxuto ou didático.
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) do Estado do Espírito Santo/ Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais (IDEIAS)	IEMA - autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo IDEIAS - uma organização da sociedade civil de interesse público, também do mesmo Estado.	Estímulo à criação de incentivo fiscal e linhas de crédito para PCS. Inserir o processo de fomento à constituição dos fóruns estaduais de PCS em 2008, como exemplo a instituição do pré-forum no ES, sob a orientação do MMA.
ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade	Associação internacional	Estabelecer mecanismos de intercâmbio entre os países do MERCOSUL para compartilhar as melhores práticas, desenvolver meios para comprarem em consórcio, garantindo uma economia de escala, quando possível, entre outras ações.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)	Instituição de ensino superior e técnico	Articulação com propostas do Plano Nacional de Rotulagem Ambiental, principalmente no que se refere às autodeclarações, uma vez que as empresas podem firmar compromisso em declarar apenas informações verídicas sob pena de punição, não podendo fazer uso de estratégias de marketing que venham a confundir o consumidor, isto é, utiliza-se indevidamente do termo “ecológico”, orgânico, sem a devida certificação do processo. Indica-se ampliar o trecho dos instrumentos regulatórios para que as empresas realmente declarem informações verídicas, respeitando princípios da rotulagem ambiental, para que o consumidor possa optar por produtos que realmente colaboram positivamente para o consumo sustentável.

TEMAS GERAIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Instituto Akatu pelo Consumo Consciente	Organização não governamental	<p>Inclusão de mais três itens nas diretrizes para o PPCS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atuar no plano da cultura e da opinião pública, visando ampliar a conscientização sobre a necessidade da transição para uma economia mais sustentável, e também visando criar condições para que prospere uma nova visão de mundo, rumo a uma cultura que valorize mais o “ser” que o “ter”, mais o bem estar que o enriquecimento puro e simples. - Atuar no plano da regulação econômico-política e institucional, visando à construção ou reforma/ajuste dessas instituições, no sentido de criar um marco regulatório fiscal e econômico-financeiro favorável à transição para a PCS. <p>Promover a articulação entre os atores sociais, criando espaços para convivência/debate e para processos de ação conjunta/cooperação, por meio dos quais possam ser compartilhadas tanto suas experiências e aprendizados quanto suas dificuldades no rumo da PCS.</p> <p>Mencionar, além da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, a Conferencia da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável que ocorrerá em 2012 – a Rio + 20 e que esse evento passe desde já a ser destacado como um momento de exposição dos Brasil, e uma vitrine para as questões da PCS.</p> <p>A questão das normas, selos e certificações surge esparsamente ao longo do plano, mas pela sua importância no processo de construção de uma PCS, sugerimos que ela seja tratada em uma sub-seção específica a ser criada na seção 4.5. Deveria agregar os esforços para criação de selos em geral, especialmente as certificações ligadas a processo e produtos, tanto dos sistemas oficiais (Inmetro e ABNT) quanto de outras iniciativas voluntárias nesse campo, como o FSC, a ISO e outras.</p>
Jeferson Chagas Da Cruz	Pessoa física	<p>Inclusão das agências de financiamento como parceiras do PPCS, por se tratar de um poderoso mecanismo de apoio a grupos de pequenas indústrias para se erguer e se manter no mercado da reciclagem.</p>
Mauricio Andrés	Pessoa física	<p>Incluir novos atores na composição do comitê gestor, especialmente para o campo da construção sustentável.</p> <p>Especificar melhor as referências a estudos, ações e resultados alcançados.</p> <p>Informar como está o cumprimento de compromissos assumidos por bancos (Protocolo Verde), etc.</p> <p>Explicitar links de acesso para alguns dos temas mencionados.</p> <p>Articular o PPCS com o Plano Nacional de Recursos Hídricos</p> <p>Pela importância do PPCS, sugiro sua exposição ao Conama e CNRH, entre outros fóruns.</p>

TEMAS GERAIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Governo Federal	Inclusão de um item “Conexões com o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional – PACTI”. O tema da produção e consumo sustentáveis guarda estreita relação com diversas atividades constantes no PACTI, cabendo destacar o estímulo ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação aplicados ao uso e à produção de biocombustíveis e fontes renováveis de energia, à biodiversidade e aos recursos naturais, ao desenvolvimento sustentável da região amazônica e do semi-árido, bem como ao enfrentamento dos problemas relacionados com mudanças climáticas globais.
Rozane Marcia-Triches	Pessoa física	Deveriam ser incluídos no Comitê Gestor representantes dos Ministérios da Saúde, Educação, MDS, MDA, e Ministério da Agricultura, além de representantes de Pós Graduações relativas ao tema para incentivar a intersectorialidade e incorporar as discussões acadêmicas enriquecendo o Plano. Incluir nas discussões sobre PCS, além das discussões ambientais, as discussões de saúde pública, produção de alimentos, inclusão social, segurança alimentar, etc.
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	Instituição de ensino superior	Ampla divulgação de experiências bem sucedidas em PCS como forma de mostrar à população que a mudança é possível e real e servir de estímulo.
Trote da Cidadania pelo Consumo Consciente	Comissão de alunos de diferentes cursos da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	No caso da Copa e das Olimpíadas, agregar uma ação direcionada a promover compras sustentáveis também por parte do setor hoteleiro, sobretudo aquele que vier a abrigar as delegações estrangeiras ou nacionais. Além disso, desenvolver políticas de funcionamento dos transportes públicos com combustíveis alternativos, menos poluentes e com um sistema de logística planejado e desenvolver infraestrutura sustentável em locais públicos para os turistas.

TEMAS GERAIS		
NOME	NATUREZA	CONTRIBUIÇÃO
Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais	Instituição de ensino superior	<p>Criação de uma seção de Biblioteca no portal PPCS na internet para publicação de todos os materiais, cartilhas, vídeos e documentos.</p> <p>Estimular a disseminação das ações de produção e consumo sustentáveis em estabelecimentos comerciais e de serviços e eventos abertos ao público. Por exemplo, shopping centers podem veicular campanhas sobre consumismo e fast-foods; comércios e centros logísticos podem veicular cartilhas educativas; eventos abertos ao público podem exibir anúncios relativos ao consumo e descarte adequado de resíduos.</p> <p>Apoio à elaboração de inventários de emissões atmosféricas de órgãos e empresas públicas, com estabelecimento de metas de redução, em consonância com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC – 12.187/2009)</p> <p>Proposição de normas para rotulagem ambiental de bens e serviços, incluindo estimativas de emissões de CO2 equivalente, certificações para empresas que não possuam infrações ambientais.</p> <p>Criação dos Fóruns Locais do PPCS: mecanismos de acompanhamento dos avanços e dificuldades de implementação local (município e/ou região) do PPCS, possibilitando um espaço de articulação, mobilização, discussão, troca de experiências e de seleção – com vistas à divulgação – das melhores práticas em PPCS – respeitando as prioridades do Plano. A proposta prevê aproximação dos fóruns locais do PPCS com os fóruns de Agenda 21 Local.</p>

ANEXO IV - LEITURA RECOMENDADA

SITES DE INTERESSE

European Association for Information on Local Development AEIDL – <http://www.aeidl.be/>

Agência Nacional de Águas www.ana.gov.br

Associação Brasileira de Normas Técnicas - www.abnt.org.br

Associação Greenpeace do Brasil www.greenpeace.org.br

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS – www.cebds.org.br/

Centro de Estudos em Sustentabilidade – GVces: <http://www.ces.fgvsp.br/>

Comitê de Qualidade da Gestão Pública – CQGP: <http://www.cqgp.sp.gov.br>

CONAMA - www.mma.gov.br/conama

Contratações Públicas Sustentáveis – CPS <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/>

Diário Oficial da União - www.in.gov.br

Fórum Nacional de Reforma Urbana www.forumreformaurbana.org.br

Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável www.fbds.org.br/

Global Ecolabelling Network - GEN – www.globalecolabelling.net

IBAMA- www.ibama.gov.br

ICLEI – Local Governments for Sustainability www.iclei.org

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis www.ider.org.br/

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social - Instituto Ethos – www.ethos.org.br/

Instituto para Desenvolvimento da Habitação Ecológica – IDHEA: http://www.idhea.com.br/construcao_sustentavel.asp

INTA – International Urban Development Association www.inta-aivn.org/

Innovating Regions in Europe - IRE – www.innovating-regions.org/

Ministério do Meio Ambiente www.mma.gov.br

Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br>

Órgão Acreditador/Credenciador - www.inmetro.gov.br

Órgão Ambiental MG - <http://www.feam.br>

Órgão Ambiental RJ - <http://www.inea.rj.gov.br>

²⁰ Lista em elaboração – versão preliminar sujeita a revisão

Órgão Ambiental SC - www.fatma.sc.gov.br

Órgão Ambiental SP - www.cetesb.sp.gov.br

Pegada Ecológica Global www.footprintnetwork.org

Programa de Tecnologia da Habitação – Habitare: www.habitare.org.br

Red de Producción y Consumo Sustentable (RedPyCS) www.redpycs.net (em português: <http://www.redpycs.net/?lang=3>)

Sustainable Development Communications Network - SDCN – www.iisd.org/sdcn/

Sustainable Development International SDI – www.iisd.org

Secretaria de Assuntos Estratégicos - www.sae.gov.br/novaclassemedia/

Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre - <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/>

Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo - <http://www.ambiente.sp.gov.br/adminisLicitacoesLegislacao.php>

Sustainable Europe Research Institute - SERI – <http://seri.at/>

The Global System for Sustainable Development <http://gssd.mit.edu/GSSD/GSSDen.nsf>

World Environment - www.unep.org/wed/

Worldwatch Institute - www.worldwatch.org.br/

PUBLICAÇÕES

BADUE, A. F. B. et al. **Manual pedagógico: entender para intervir: Por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo.** São Paulo: Instituto Kairós; Paris: Artisans du Monde, 2005.

BRAKEL, M. **Os Desafios das Políticas de Consumo Sustentável** (Série Caderos de Debate, nº 2). 2ª edição. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático – Fase, 2003.

BROWN, L. (2003) **Eco-economia. Uma nova economia para a Terra.** EPI – Earth Policy Institute / UMA – Universidade Livre da Mata Atlântica. Download: http://www.wiiuma.org.br/eco_download.htm Acesso em 11 de outubro de 2011.

EDWARDS, Brian. **Guia básico para sustentabilidade.** Editora Gustavo Gili, Londres, 2ª edição, 2005.

HABITARE. **Programa de Tecnologia de Habitação.** Disponível http://www.habitare.org.br/prototipos_projeto1.aspx Acesso em 11 de outubro de 2011.

JOHN, V. M. (Org.) **Projeto Tecnologias para a Construção Habitacional mais Sustentável.** Projeto Finep 2386/04, São Paulo, 2007. Disponível em < <http://www.habitacaosustentavel.pcc.usp.br>> Acesso em 11 de outubro de 2011.

JOHNS, Nicholas. **Ecodesign innovation: professional practice guidelines.** Melbourne: Centre for Design at RMIT, 2004.

KOWALTOWSKI et al **Análise de parâmetros de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social: ênfase nos aspectos de sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida.** Construção e Meio Ambiente da Coletânea HABITARE, vol. 7, Porto Alegre, 2006.

LOUETTE, A. (Org.) **Gestão do conhecimento: compêndio para a sustentabilidade – ferramentas**

de gestão de responsabilidade socioambiental. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007.

PNUMA, Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais - Divisão para o Desenvolvimento sustentável. Divisão de Tecnologia, Indústria e Economia - Unidade de Consumo e Produção Sustentáveis. **“Processo de Marrakech sobre Consumo e Produção Sustentável. Resumo do Projeto”.** Paris. Disponível no site www.pnuma.org/industria/produccion_cs.php Acesso em 11 de outubro de 2011.

POLIS, Instituto. **Coleta seletiva de lixo:** reciclando materiais, reciclando valores. São Paulo, Número 31, 1998.

SATTLER, Miguel Aloysio; PEREIRA, Fernando Oscar Ruttkay. **Construção e Meio Ambiente.** Porto Alegre: Coleção Habitare, v. 7, 2006.

SEA-RJ e ICLEI. **Cadernos Virtuais de Construção Sustentável** – Disponível para download no site <http://www.iclei.org/index.php?id=11591> programas/compras públicas sustentáveis/CCPS-RJ e no site <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeConteudo?article-id=373573> SEA-Rio de Janeiro / estrutura/subsecretaria de economia verde. Acesso em 4 de outubro de 2011

SOARES, S. R.; SOUZA, D. M.; PEREIRA, S. W.. **A avaliação do ciclo de vida no contexto da construção civil.** Coleção Habitare, v. 7, Porto Alegre, 2006.

ANÁLISE DE CICLO DE VIDA

BREZET, Ham; VAN HEMEL, Carolien. **Ecodesign, a promising approach to sustainable production and consumption.** Holanda, Delft University of Technology e United Nations Publication, 1997.

CRUL, Marcel; DIEHL, Jan Carrel **Design for Sustainability: a practical approach for Developing Economies.** Delft: Delft University of Technology, 2006.

FABI, Andréa Rodrigues; ENSINAS, Adriano Viana; MACHADO, Iraci Pereira e BIZZO, Waldir Antonio. **Uso da avaliação de ciclo de vida (ACV) em embalagens de plástico e de vidro na indústria de bebidas no Brasil.** In Revista brasileira de ciências ambientais – número 1, agosto 2005.

SANTOS, Aguinaldo; Et. all. **Aplicação dos Princípios do Design Sustentável em Produtos Brasileiros 7º P&D** - Congresso Brasileiro de Pesquisa em Design, Curitiba: AEnD, 2006.

SATTLER, Miguel Aloysio; PEREIRA, Fernando Oscar Ruttkay. **Construção e Meio Ambiente.** Porto Alegre: Coleção Habitare, v. 7, 2006.

SOARES, S. R.; SOUZA, D. M.; PEREIRA, S. W.. **A avaliação do ciclo de vida no contexto da construção civil.** Coleção Habitare, v. 7, Porto Alegre, 2006.

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

ARGENTINA. **Decreto 300-10 Compras públicas Energía Sustentable Gobierno Ciudad de Buenos Aires,** 2010. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/30367517/Dec-300-10-Compras-publicas-Energia-Sustentable-Gobierno-Ciudad-de-Buenos-Aires>. Acesso em: 11 de outubro de 2011.

Biderman, R., L. Betiol, L. Macedo, M. Monzoni e R. Mazon - ICLEI and GVces (orgs) – **Guia de Compras Públicas Sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do Desenvolvimento Sustentável** (2ª Edição) Rio de Janeiro, FGV editora (134 pgs).

COMPRAS Sustentáveis. Editor-chefe: André Trigueiro. Rio de Janeiro: CIDADES E SOLUÇÕES, 2006. Produzido por Globo News. Disponível em: <http://video.globo.com/Videos/Player/>

[Noticias/0,,GIM584888-7823-COMPRAS+SUSTENTAVEIS,00.html](#)>. Acesso em : 11 de outubro de 2011

DEPARTMENT FOR ENVIRONMENT FOOD AND RURAL AFFAIRS (DEFRA). **Sustainable Development**. Disponível em: <http://www.defra.gov.uk/sustainable/government/> Acesso em: 11 de outubro de 2011.

GOVERNO DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES. **Plan de acción contra el cambio climático**. Disponível em: <http://www.buenosaires.gov.ar/areas/med_ambiente/apra/des_sust/pacc.php?menu_id=32408>. Acesso em: 11.de outubro de 2011.

INSTITUTO ARGENTINA PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE (IADS). **Compras públicas sustentables em el Mercosur: lineamientos para La elaboración de políticas, 2008**. Buenos Aires, 2008.

Disponível em: <<http://www.iadsargentina.org/pdf/IADSManual%20interiores%20corregido%20071108.pdf>>. Acesso em: 11 de outubro de 2011.

NUNES, Leilane. Governo assina decreto de Programa de Contratações Públicas Sustentáveis. **Cidade Verde.com**, Piauí, jun 2009. Disponível em: <<http://www.cidadeverde.com/governo-assina-decreto-de-programa-de-contratacoes-publicas-sustentaveis-38696>>. Acesso em: 11 de outubro de 2011.

SUSTAINABLE PROCUREMENT INFORMATION NETWORK (SPIN). **Sustainable Procurement Task Force and Action Plan**, 2006. Reino Unido, 2006. Disponível em: <<http://www.s-p-i-n.co.uk/content.asp?MenuOption=Sustainable%20Procurement%20Task%20Force&MenuID=25>>. Acesso em: 11 de outubro de 2011.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). **Marrakech Tas Forces**. Disponível em: <<http://www.unep.fr/scp/marrakech/taskforces/procurement.htm>>. Acesso em: 11 d e outubro de 2011.

CONSUMO DE ÁGUA

ABNT. NBR 10844. **Instalações prediais de águas pluviais**. Rio de Janeiro, 1989. 13 p.

ABNT. NBR 12216. **Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público**, 1992. 18 p.

ABNT. NBR 12217. **Projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público**, 1994. 4 p.

ABNT. NBR 13969. **Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação**. 1997. 60 p.

ABNT. NBR 14037. **Manual de operação, uso e manutenção das edificações – conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação**. Rio de Janeiro, 1998. 5 p.

ABNT. NBR 15527. **Água de chuva. Aproveitamento de coberturas em águas urbanas para fins não potáveis - Requisitos**. Rio de Janeiro, 2007. 8 p.

ABNT. NBR 5626. **Instalação predial de água fria**. Rio de Janeiro, 1998. 41 p.

ABNT. NBR 5674. **Manutenção de edificações – Procedimento**. Rio de Janeiro, 1999. 6 p.

ABNT. NBR 7229. **Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos - Procedimento**. Rio de Janeiro, 1993. 15 p.

BRASIL, **Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços de água e esgotos** – 2008. Brasília: MCIDADES.SNSA, 2010.

408 p.: texto, tabelas.

BRASIL. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 3ed. Brasília: MMA/SAIC/DCRS/Comissão Gestora da A3P, 2007. 100p.

BRASIL. **Lei Federal n.11455, de 2007**, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Federal n.9433, de 8/01/1997**, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, seus princípios, objetivos e instrumentos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Inspeção sanitária em abastecimento de água** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 84 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. **Ministério das Cidades. Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água**.

BRASIL. **Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental**. Departamento de Articulação Institucional. Diretrizes para ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – Documento de referência conceitual. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009a. 60 p.

BRASIL. **Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental**. Departamento de Articulação Institucional. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009b. 100 p.

BRASIL. **Portaria n.518, de 25/03/2004**, do Ministério da Saúde. estabelece procedimentos e responsabilidade relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução n.307, do CONAMA, de 05/07/2002**. Publicado no D.O.U. de 17 de julho de 2002. p. 95-96.

BRASIL. **Resolução n.357, do CONAMA, de 17/03/2005**. Publicado no D.O.U. de 18 de março de 2005. p.58-63.

BRASIL. **Resolução n.54, do CNRH, de 28/11/2005**. Estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Casa Azul Caixa – Construção Sustentável - Boas práticas para habitação mais sustentável**. John,V.M. T; Prado, R.T.A.(Coord.) São Paulo: Páginas & Letras - Editora e Gráfica, 2010. 203 p.

FIRJAN. **Manual de conservação e reuso da água na indústria**. Rio de Janeiro: DIM. 2006. 38p.

GOMES, H.P. **Eficiência hidráulica e energética em saneamento**. Análise econômica de projetos. Rio de Janeiro: ABES, 2005. 114 p.

GONÇALVES, O.M.; OTO, E.I.; OLIVEIRA, L.H. de. **Tecnologias poupadoras de água nos sistemas prediais**. (DTA F1 Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Política Urbana. 1999. 43p.

GONÇALVES, R.F. (Coord.). **Uso Racional da Água em Edificações**. Rio de Janeiro: ABES. Projeto PROSAB. 2006. 352 p.

http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=264:pcdna&catid=84&

temid=113 Acesso em 11 de outubro de 2011

JOHN, V.M. (Coord.). **Levantamento do Estado da Arte – Água**. V.2.1. Projeto Tecnologias para construção habitacional mais sustentável - Finep 2386/04. São Paulo: USP/Unicamp/UFG/UFSC/UFU. São Paulo, 2007. 107 p.

LA ROVERE (Coord). **Manual de auditoria ambiental para estações de tratamento de esgotos domésticos**. 1ªed. Rio de Janeiro: Qualymark, 2002. 151p.

ROCHA, A.L.; BARRETO, D.; LOSHIMOTO, E. **Caracterização e monitoramento do consumo predial de água**. DTA E1. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Política Urbana. 1998. 38p.

SCHMIDT, W. **Produtos economizadores de água nos sistemas prediais**. (DTA F2 Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Política Urbana. 2004. 52 p.

SILVA, R.T.; CONEJO, J.G.L.; MARCKA, E. **Indicadores de perdas nos sistemas de abastecimento de água**. DTA A2 Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Política Urbana. 2004. 80 p.

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

ABNT. NBR 15112: Resíduos Sólidos da construção civil e resíduos volumosos – áreas de transbordo e triagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação. Rio de Janeiro, 2004b.

ABNT. NBR 15113: Resíduos Sólidos da construção civil e resíduos inertes – Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação. Rio de Janeiro, 2004c.

ABNT. NBR 15114: Resíduos Sólidos da construção civil – Áreas de reciclagem. - Diretrizes para projeto, implantação e operação. Rio de Janeiro, 2004d.

ABNT. NBR 15115: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – execução de camadas de pavimentação. Rio de Janeiro, 2004e.

ABNT. NBR 15116: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – utilização em pavimentos e preparo de concreto sem função estrutural. Rio de Janeiro, 2004f.

acesso em 11 de outubro de 2011.

ARAÚJO, Márcio Augusto. **A moderna construção sustentável**. 04p. Disponível em: <http://www.idhea.com.br/pdf/moderna.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2011

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. **Guia básico de utilização do cimento portland**. 7.ed. São Paulo, 2002. 28p. (BT-106) **Disponível em:** http://www.abcp.org.br/conteudo/wp-content/uploads/2009/12/BT106_2003.pdf Acesso em 11 de outubro de 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10004: Resíduos Sólidos – classificação. Rio de Janeiro, 2004a.

BALBINOT, Rafaelo, SCHUMACHER, M.V., WATZLAWICK, L.F., SANQUETTA, C. L. **Inventário do carbon orgânico em um plantio de pinus taeda aos 5 anos de idade no Rio Grande do Sul**. UNICENTRO, Revista Ciências Exatas e Naturais, vol. 5 n.1, jan/jun 2003, artigo.

BALTAR, C. A. M., BASTOS, F. F., LUZ, A. B. 21. **Gipsita, rochas e minerais industriais**. Págs. 449 a 470. Comunicação Técnica elaborada para Edição do Livro: Rochas & Minerais Industriais: Usos e Especificações. CETEM. Rio de Janeiro, 2005.:<http://www.cetem.gov.br/noticias/cetem%20>

[midia/2009/09_07_29_not_inf_drm_rj_3.htm](#) Acesso em 11 de outubro de 2011.

BRASIL. **Lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução nº 307, 5 de Julho de 2002**. Diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. CONAMA – Conselho Nacional do meio Ambiente.

BRECHIN, S.P. WILSHUSEN, FORTWANGLER, C., WEST, P. **Beyond the square wheel: toward a more comprehensive understanding of biodiversity conservation as social and political process**. Society and Natural Resources 14:41-64. 2002

BRENNEISEN, S. Green Roofs – How nature returns to the city. Acta Horticultrae, ISHS, International Conference on Urban Horticulture, 2004. V. 643, PP 289-293

CAPELO, Guiliana. Cimento ecológico. Revista Arquitetura & Construção. Fevereiro, 2008. Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/casa/conteudo_270173.shtml Acesso em 11 de outubro de 2011

CARVALHO, Luiz Fernando Badejo. **Processo Konlix de reciclagens: o potencial financeiro do item reciclagem constante no projeto de lei 203/1991 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, 2009**.

Coletânea de Legislação de Direito Ambiental, Constituição Federal / Organização Odete Medauar. 7. ed. rev., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. – (RT MiniCódigos)

CORSO, Walter H. **Manual Global de Ecologia**. São Paulo. Ed. Augustus, 2002. Pág.100

Etiquetagem em Edificações – Procel. Disponível em: <<http://www.procelinfo.com.br/main.asp?ViewID=%7B89E211C6%2D61C2%2D499A%2DA791%2DDACD33A348F3%7D>>. Acesso em: 11 de outubro de 2011

GIVONI, B. Man, climate and architecture. 2 ed. Londres. Applied Science Publishres Ltda. 1976

GRADIN, Antonio M.N. e COSTA, P. S. N. **Reciclagem dos resíduos sólidos da construção civil**. [S.l.] [s.n.] 2003.

GREENPEACE. **Face a face com a destruição, relatório Greenpeace sobre as companhias multinacionais madeireiras na Amazônia Brasileira**. 1999

HEYWOOD, V. H., IRIONDO, J.M., **Plant Conservation: old problems, news perspectives**. Biological Conservation, v113 Pág. 321-335, 2003

IBAMA, 2005. Ofício n.261/2005. CGREF/DIREF. Brasília, 26 de agosto de 2005

IBAMA, Geo Brasil 2002 – **Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil**. Organizado por Thereza Christina Carvalho Santos e João Batista Drummond Câmara. Brasília: Edições IBAMA, 2002

IMAFLORA – INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA. **Manual de certificação de cadeia de custódia no sistema do Forest Stewardship Council - FSC**. Piracicaba, 2002

JANDA, K. B & BUSH, J. F., 1994, **World-Wide Status of Energy Standards for Buildings**., In: Energy, Vol. 19, Nº 1 Pergamon, London, Great Britain, 27-44.

LIMA, D. POZZOBON, J. **Amazônia socioambiental. Sustentabilidade Ecológica e Diversidade social**. Dossiê Amazônia Brasileira II. Estudos avançados. V 19, n 54. São Paulo, 2005

MANAHAN, Stanley E. Industrial Ecology. Environmental Chemistry and Hazardous Waste. USA. Lewis Publishers, 1999.

MANYU, Chang. **Seqüestro de Carbono Florestal: oportunidades e riscos para o Brasil**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n102, Pág. 85-101, jan/jul 2002

MASCARÓ, J.L. **Consumo de energia e construção de edifícios**. São Paulo: SECOVI, 1980.

MEDEIROS, M. S. **Poluição ambiental por exposição à poeira de gesso: Impactos na saúde da população**. Fundação Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães – Departamento de Saúde Coletiva, Recife, 2003. **Disponível em:** <http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2003medeiros-ms.pdf> Acesso em 11 de outubro de 2011.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), ICLEI-Brasil e L. V.Macedo (coord) (2010) **Guia de Compras Públicas Sustentáveis para a Administração Federal** Brasília, DF: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), MPOG. (80pgs) Disponível online em <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilha.pdf> Acesso em 11 de outubro de 2011.

PBQP-H - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Disponível em: <<http://www4.cidades.gov.br/pbqp-h/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2011

PENNA, C. G. **Efeitos da mineração no meio ambiente**. Rio de Janeiro de 2009. **Disponível em:** <http://www.oeco.com.br/carlos-gabaglia-penna/88-carlos-gabaglia-pena/20837-efeitosda-mineracao-no-meio-ambiente>

PERES, Luciano et al. **O Gesso. Produção e utilização na construção civil**. Recife: Ed. Bagaçu, 2001. p. 13, 20, 22-28.

SABOGAL, César, LENTINI, B. P. SILVA, J.N.M., ZWEEDE, J, VERÍSSIMO, A, BOSCOLO, M. **Manejo Florestal Empresarial na Amazônia Brasileira: restrições e oportunidades**. Center for International Forestry Research – CIFOR, Belém. 2006

SOBRAL, Leonardo ET AL. **Acertando o Alvo 2: consumo de madeira amazônica e certificação florestal no estado de São Paulo**. Belém: Imazon, 2002

VAN VLACK, L.H. **Princípios de Ciência e Tecnologia dos Materiais**. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

WHO – World Health Organization. Elimination of Asbestos - Related Diseases. Set 2006. Disponível em: http://www.who.int/occupational_health/publications/asbestosrelateddiseases.pdf Acesso em 11 de outubro de 2011.

ENERGIA E CONSTRUÇÃO

CÂMARA FEDERAL, **Projeto de Lei N 630/03 de 2003**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/122715.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2011.

CETESB- www.cetesb.sp.gov.br/ar/Emissao-Veicular/17-Transporte-Sustentavel. Acesso em 11 de outubro de 2011.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. EPE - **Consumo Final e Conservação de Energia Elétrica** (1970 –2005) Disponível em: <in [http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/Mercado_16/Consumo%20Final%20e%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20de%20Energia%20El%C3%A9trica%20\(1970-2005\).pdf](http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/Mercado_16/Consumo%20Final%20e%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20de%20Energia%20El%C3%A9trica%20(1970-2005).pdf)>. Acesso em 11 outubro de 2011.

GELLER, H S.- **Revolução energética, políticas para um futuro sustentável.** Relume Dumará. Rio de Janeiro, 2003.

GOLDEMBERG, J. **Energia, o caminho até Joanesburgo** In: Meio ambiente no século XXI. Armazém do Ipê, Campinas, SP, 2005.

IBAM/Eletróbrás - Procel - **Modelo Para Elaboração de Código de Obras e Edificações**, 1a.edição, 1997.

KUMAR, E. ; MACEDO, L. S. V. ; STADEN, M. (2009) *Local Renewables Model Communities Network - an International Initiative by ICLEI*. In: D. Yogi Goswami and Yuwen Zhao. (Org.). *Proceedings of ISES World Congress 2007* (Vol I to Vol V). Heidelberg: Springer, 2009, v. V, p. 2873-2877.

LAAR, M. e KNECHT, K. (Orgs.) – **Revitalização Sustentada de Cidades Tropicais**. Rio de Janeiro/Berlim: InWEnt, 2003.

Leilão de Fontes Alternativas. In: Informe à Imprensa, Rio de Janeiro, 18) jun. 2010. Disponível em: www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20100826_1.pdf Acesso em 11 de outubro de 2011

LOMARDO, L. L. B. **Eficiência Energética nos Edifícios e Sustentabilidade no Ambiente Construído**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Eletrobras, 2007. v. 1. 55 p.

MARTINOT, E. **Renewable Energy Investment by the World Bank**, Energy Policy volume 29, páginas 689 a 699, 2000.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA -MME, **Balço Energético Nacional – BEN**, Brasília, 2009. Disponível em

PLATAFORMA ITAIPU DE ENERGIAS RENOVÁVEIS. Disponível em: <<http://www.plataformaitaipu.org/plataforma/agroenergia>>. Acesso em 11 de outubro de 2011

SACHS, I. - **Estratégia de Transição para o Século XXI**. In: Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável, Bursztyn, Marcelo (Org). São Paulo (SP): Brasiliense, 1993

SEINFRA. Disponível em: < <http://www.seinfra.ce.gov.br/index.php/noticias/16-anteriores-a-mar2011/229-carta-dos-ventos-propoe-fortalecimento-do-uso-da-energia-eolica> Acesso em 11 de outubro de 2011

SPITZCOVSKY, D. **Etiqueta de eficiência energética para prédios**. Planeta Sustentável Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/energia/conteudo_486270.shtml. Acesso em 11 de outubro de 2011.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MECCHI, Leonardo. **À Margem do Concreto**. Enquadramento, 2007. Disponível em: <http://enquadramento.blogspot.com/2006/03/margem-do-concreto.html>. Acesso em: 11 de outubro de 2011.

PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. **Desigualdade e pobreza no Brasil** In: HENRIQUES, R. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

SATTLER, Miguel Aloysio. **Habitções de baixo custo mais sustentáveis: a casa Alvorada e o Centro Experimental de tecnologias habitacionais sustentáveis**. Porto Alegre: ANTAC, 2007. (Coleção Habitar, 8).

INFRA-ESTRUTURA VERDE PARA CIDADES MAIS SUSTENTÁVEIS

AHERN, Jack. **“Greenways in the USA: theory, trends and prospects”**. disponível em: <http://people.umass.edu/jfa/pdf/Greenways.pdf>, por Jongman, disponível em: <http://people.umass.edu/jfa/pdf/Greenways.pdf>. Acesso em 11 de outubro de 2011.

AHERN, Jack. **Green Infrastructure for Cities: The Spatial Dimension**. In: *Cities of the Future – Towards Integrated Sustainable Water Landscape Management*, (orgs.) Novotny, V. e Brown, P. Londres: IWA Publishing, 2007. pp. 267-283.

CORMIER, Nathaniel S, e Pellegrino, Paulo R.M. **“Infra-Estrutura Verde: uma Estratégia Paisagística para a Água Urbana”**. Paisagem e Ambiente n.25, 2008. pp. 127-142.

NEWMAN, Peter, BEATLEY, Thimoty e Boyer, Heather. **Resilient Cities – Responding to Peak Oil and Climate Change**. Washington: Island Press, 2009.

RIBEIRO, Helena. **“Comunicação como Instrumento do Planejamento e da Gestão Ambientais.”** In: *Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana*. (orgs) Ribeiro, H. e Vargas, H. C. São Paulo: EDUSP, 2001. pp. 71-90

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Brasília, MME, 2008. **Apresenta informações sobre os Programas de Eficiência Energética e do Setor Elétrico**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=27>. Acesso em 11 de outubro de 2011.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro, 2008. **Apresenta áreas de atuação do BNDES e as linhas de financiamento**. Disponível em <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em 11 de outubro de 2011.

CEF. Caixa Econômica Federal. Brasília, 2008. **Apresenta áreas de atuação da CEF e os programas de crédito disponíveis**. Disponível em: www.caixa.gov.br. Acesso em 11 de outubro de 2011.

_____. **Licitação e Contrato Administrativo**. São Paulo, SP. Editora Revista dos Tribunais, 2001. 541 p. ISBN 85-203-0954-2.

_____. **Direito de Construir**. 7ª Edição. São Paulo, SP. Malheiros, 1996. 510p.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, Grupo de Trabalho III. OMM/PNUMA, 2007. 42p.

ROTULAGEM E CERTIFICAÇÃO

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável**. Saraiva

CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Casa Azul Caixa – Construção Sustentável** - Boas práticas para habitação mais sustentável. John,V.M. T; Prado, R.T.A.(Coord.) São Paulo: Páginas & Letras - Editora e Gráfica, 2010. (204 pp)

SAVITZ, Andrew w. **A Empresa Sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**, com Karl Webwer, Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FRIEND, Girl. **O segredo das empresas sustentáveis – As vantagens das estratégias “verdes”**. Ed. Aentroatlantico.pt - 1a Ed. 2009

TACHIZAWA, Takeshy **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa : estratégias de negócios focadas na realidade brasileira** – 5. ed. revista e ampliada – São Paulo : Atlas, 2008.

SANEAMENTO

ABNT. NBR-13969/1997. **Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação.**

ABNT. NBR-7229/1993. **Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos - Procedimento.**

ARCEIVALA, S.J., 1981. **Wastewater treatment and disposal. Engineering and ecology in pollution control.** New York: Marcel Dekker.

BRASIL. **Lei Federal nº 9433, de 8/01/1997**, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, seus princípios, objetivos e instrumentos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

BRASIL. **Resolução nº 357, do CONAMA, de 17/03/2005.** Publicado no D.O.U. de 18 de março de 2005. p.58-63.

BRÁSILIA - **Lei nº 2.978/2002 de 29 de maio de 2002** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de recarga artificial de aquíferos nas propriedades rurais e lotes em condomínios atendidos por poços tubulares para abastecimento de água.

FIESP/CIEST. **Conservação e reuso de água. Manual de operação para o setor industrial.** v 1. São Paulo. 2005.

FIESP/SESI/SENAI/IRS/SINDUSCON/ANA. **Conservação e Reuso da Água em Edificações.** São Paulo. 2005.

FINK, D. R. & SANTOS, H. F. **A Legislação de Reuso da Água.** In: Reuso de Água. São Paulo: ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2002.

FUNASA-Fundação Nacional de Saúde, **Manual de Saneamento. Orientações técnicas.** Brasília: Fundação Nacional de Saúde. 2006.

ICLEI-Brasil e MACEDO, L. S. V. (Coord.) (2010) **Manual para Aproveitamento de Biogás Vol II - Efluentes Urbanos** São Paulo: ICLEI-Brasil (78 pgs)

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007.** Primeiras Análises, Saneamento Básico, Habitação, Volume 5, 21 de outubro de 2008. 2008.

MARINGÁ - **Projeto de Lei nº 6.076** – Dispõe sobre o reuso de água não potável e dá outras providências.

MUFFAREG, M.R. **Conceitos e legislação sobre reuso de águas residuárias.** Rio de Janeiro: Epgraf. 2004.

OIA-INSTITUTO AMBIENTAL, 2010. http://www.oia.org.br/new/biosistemas_integrados.asp Acesso em 11 de outubro de 2011.

ANEXO V - GLOSSÁRIO

Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P - programa que visa implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo, nos três níveis e nos três poderes. A A3P tem como princípios a inserção dos critérios ambientais, que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, tendo como principal objetivo a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Agenda 21 - instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Análise ambiental - exame detalhado de um sistema ambiental por meio do estudo da qualidade de seus fatores, componentes ou elementos, assim como dos processos e interações que nele possam ocorrer, com a finalidade de entender sua natureza e determinar suas características essenciais.

Análise do ciclo de vida - ferramenta que permite a quantificação das emissões ambientais ou a análise do impacto ambiental de um produto, sistema, ou processo. Essa análise é feita sobre toda a “vida” do produto ou processo, desde o seu início até o final da vida, passando por todas as etapas intermediárias (manufatura, transporte e uso). O impacto ambiental do produto é a agregação de todos os impactos que ocorrem durante todo o ciclo de vida.

Ativo ambiental - (1) Bens ambientais de uma organização, como mananciais de água, encostas, reservas, áreas de proteção ambiental, etc.; (2) Bens e direitos destinados ao controle, preservação, proteção e recuperação do meio ambiente. Trata-se da provisão para perda de potencial de serviço dos ativos em função de causas ambientais. (AMBIENTE BRASIL, 2008)

Auditoria ambiental - instrumento de política ambiental que consiste na avaliação documentada e sistemática das instalações e das práticas operacionais e de manutenção de uma atividade poluidora, com o objetivo de verificar: a obediência aos padrões de controle e qualidade ambiental; os riscos de poluição acidental e a eficiência das respectivas medidas preventivas; o desempenho dos gerentes e operários nas ações referentes ao controle ambiental; a pertinência dos programas de gestão ambiental interna ao empreendimento. A auditoria ambiental está prevista na legislação de diversos países, notadamente após as diretrizes baixadas pela Comunidade Europeia, onde é voluntária e realizada por iniciativa das empresas, com o propósito de controle interno de suas diferentes unidades de produção, servindo até para justificação junto às seguradoras.

Autogestão - princípio que as organizações de qualquer tipo buscam para desenvolver sua própria capacidade de gestão na elaboração, execução e gerenciamento financeiro dos projetos. A autogestão é a gestão com base em recursos próprios, a qual pretende atingir a participação ativa de seus integrantes e a independência organizativa ou econômica (autofinanciamento), a partir do empoderamento efetivo de todos os atores de uma organização. Ao promover criatividade e cooperação como princípios, este tipo de gestão procura fomentar o trabalho em equipe.

Autorregulação - no contexto cultural é entendida como o conjunto de costumes, ações e regras mínimas compartilhadas para gerar ou fortalecer o sentido de permanência ou convivência urbana, o respeito pelo patrimônio comum e o reconhecimento de direitos e deveres.

Avaliação ambiental - expressão utilizada com o mesmo significado da avaliação de impacto ambiental, em decorrência de terminologia adotada por algumas agências internacionais de cooperação técnica e econômica, correspondendo às vezes a um conceito amplo que inclui outras formas de avaliação como a análise de risco, a auditoria ambiental e outros procedimentos de gestão ambiental.

Benchmarking - busca das melhores práticas na indústria que conduzem ao desempenho superior. É visto como um processo positivo e pró-ativo por meio do qual uma empresa examina como outra realiza uma função específica a fim de melhorar como realizar a mesma ou uma função semelhante. Esse processo de comparação do desempenho entre dois ou mais sistemas é chamado de *benchmarking*.

Ciclo de vida - estágios consecutivos e interligados de um sistema de produção ou de serviços, desde a produção e entrega de matérias-primas até a disposição final.

Cluster - concentração de empresas que operam numa região geográfica, que se comunicam por possuírem características semelhantes. Associam-se mediante relações de compra e venda ou cliente - provedor, ou com base num grupo comum de clientes, tecnologias, canais de distribuição ou outros fatores similares. Elas colaboram entre si, e assim se tornam mais eficientes.

Coleta seletiva - recolhimento de lixo urbano com separação de matérias orgânicas e inorgânicas, mais especificamente com separação de vidro, metal, plástico, madeira, papel, restos de alimentos e outros.

Compras públicas Sustentáveis - compras e contratações realizadas pelo Poder Público, adotando critérios ambientais e sociais, tanto no momento da elaboração do edital, como na escolha do vencedor da licitação e no acompanhamento da obra. O objetivo é prevenir impactos negativos sobre a sociedade e o meio ambiente e comprovar o cumprimento da legislação em vigor.

Construções Sustentáveis - tornar a construção civil uma atividade menos impactante ao meio ambiente, desenvolvendo projetos que usam racionalmente os recursos naturais sem deixar de atender plenamente as necessidades humanas. É um sistema construtivo que promove alterações conscientes no entorno de forma a atender as necessidades de habitação do homem moderno, protegendo o meio ambiente e os recursos naturais, garantindo qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

Consumidor - quem compra um produto ou contrata um serviço de um fornecedor. Também é aquele que utiliza um produto comprado por outros. Ou seja, uma criança que se diverte com um brinquedo comprado para ela é consumidora. Um morador de rua que recebe um prato de comida ou um doente mental que recebe tratamento são também consumidores.

Consumo Sustentável - envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram um emprego decente aos que os produziram e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível. Consumimos de maneira sustentável quando nossas escolhas de compra são conscientes, responsáveis, com a compreensão de que terão consequências ambientais e sociais - positivas ou negativas.

Desenvolvimento Sustentável - conceito que abrange várias áreas. É o desenvolvimento que conduz ao equilíbrio entre o crescimento econômico, à elevação da qualidade de vida e ao bem-estar social, sem esgotar os recursos naturais nem deteriorar o meio ambiente.

Ecodesenvolvimento – visão moderna do desenvolvimento consorciado com o manejo dos ecossistemas, procurando utilizar os conhecimentos já existentes na região no âmbito cultural, biológico, ambiental, social e político, evitando-se assim a agressão ao meio ambiente.

Ecodesign - ou projeto para o meio ambiente, avalia o efeito que um produto tem sobre o meio ambiente em todos os estágios do seu ciclo de vida, ou seja, desde a escolha da matéria prima, produção e distribuição até o seu uso e pós-uso.

Ecoeficiência - termo usado para descrever a distribuição de bens e serviços a preços competitivos, que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida ao mesmo tempo em que reduz progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos ao longo do ciclo de vida, a um nível mínimo equivalente à capacidade de sustentação estimada da Terra.

Eco-índice – valor qualitativo ou quantitativo de uma variável ou relação de variáveis que permitem uma tomada de decisões sobre assuntos ambientais.

Ecorrotulagem, ou rotulagem ambiental - atribuição de um rótulo ou selo a um produto ou a uma empresa, informando sobre seus aspectos ambientais. Desta forma, os consumidores podem obter mais informações para fazer suas escolhas de compra com maior compromisso e responsabilidade social e ambiental. A rotulagem ambiental pode ser considerada também uma forma de fortalecer as redes de relacionamento entre produtores, comerciantes e consumidores.

Educomunicação – proposta de construção de ecossistemas comunicativos abertos, dialógicos e criativos nos espaços educativos, quebrando a hierarquia na distribuição do saber justamente pelo reconhecimento de que todas as pessoas envolvidas no fluxo da informação são produtoras de cultura, independentemente de sua função operacional no ambiente escolar. A educomunicação tem como meta construir a cidadania a partir do pressuposto básico do exercício do direito de todos à expressão e à comunicação.

Educação ambiental – conjunto de ações educativas voltadas para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando efeitos da relação do homem com o meio, a determinação social e a variação/evolução histórica dessa relação. Visa preparar o indivíduo para integrar-se criticamente ao meio, questionando a sociedade junto à sua tecnologia, seus valores e até ao seu cotidiano de consumo, de maneira a ampliar a sua visão de mundo numa perspectiva de integração do homem com a natureza.

Energia renovável - energia que vem de recursos naturais como sol, vento, chuva, marés e calor, que são renováveis (naturalmente reabastecidos).

Fornecedor - pessoa ou empresa que fabrica ou oferece produtos ou serviços para os consumidores de forma habitual. Uma pessoa que vende um automóvel usado para outra não é considerada fornecedora porque seu negócio não é aquele. O fabricante do automóvel e o dono de uma revendedora são fornecedores.

Gestão ambiental - o conceito original de gestão ambiental diz respeito à administração, pelo governo, do uso dos recursos ambientais por meio de ações ou medidas econômicas, investimentos e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade

de manter ou recuperar a qualidade do meio ambiente, assegurar a produtividade dos recursos e o desenvolvimento social. Este conceito, entretanto, tem se ampliado nos últimos anos para incluir, além da gestão pública do meio ambiente, os programas de ação desenvolvidos por empresas para administrar suas atividades dentro dos modernos princípios de proteção do meio ambiente.

Green Building - edificações nas quais foram aplicadas medidas construtivas e procedimentais que buscam o aumento de sua eficiência no uso de recursos, com foco na redução dos impactos sócio-ambientais. Isto é feito por meio de um processo que abrange ciclo de vida completo das edificações.

Impacto ambiental – qualquer alteração das propriedades físico-químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, enfim, a qualidade dos recursos ambientais.

Instrumentos de políticas - mecanismos de que se vale a Administração Pública para implementar e perseguir os objetivos de uma determinada *política*. Tais mecanismos podem incluir os aparatos administrativos, os sistemas de informação, as licenças e autorizações, pesquisas e métodos científicos, técnicas educativas, incentivos fiscais e outras medidas econômicas e relatórios informativos.

ISO 14000 - série de normas desenvolvidas pela *International Organization for Standardization* (ISO) que estabelecem diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro das empresas. A serie 14000 é um sistema de gestão ambiental que consiste no aliamento de princípios, sistemas e técnicas de suporte nas áreas de gestão ambiental, avaliação do desempenho ambiental, auditoria ambiental e valoração do ciclo de vida.

Logística Reversa - processo logístico de retirar do mercado produtos novos ou usados e redistribuí-los usando regras de gerenciamento de materiais, que maximizem o valor dos itens no final de sua vida útil original. Isso significa, de maneira bem geral, dar novo destino a produtos que em teoria não tem mais utilidade para a sociedade. Dessa forma os produtos são transformados novamente em matéria prima, permitindo que sejam reutilizados na cadeia produtiva.

Pagamento por serviços ambientais – instrumento que remunera produtores rurais ou comunidades extrativistas como maneira de compensar economicamente a conservação de áreas naturais importantes, livrando-as dos impactos nocivos de atividades econômicas.

Passivo ambiental - valor monetário composto basicamente de três conjuntos de itens: o primeiro, composto das multas, dívidas, ações jurídicas (existentes ou possíveis), taxas e impostos pagos devido à inobservância de requisitos legais; o segundo, composto dos custos de implantação de procedimentos e tecnologias que possibilitem o atendimento às não-conformidades; e o terceiro, dos dispêndios necessários à recuperação de área degradada e indenização à população afetada. Importante notar que este conceito embute os custos citados anteriormente mesmo que eles não sejam ainda conhecidos, e pesquisadores estudam como incluir no passivo ambiental os riscos existentes, isto é, não apenas o que já ocorreu, mas também o que poderá ocorrer. (AMBIENTE BRASIL, 2008)

Pegada Ecológica - método que procura quantificar o impacto de uma empresa, país, grupo ou indivíduo, por meio da comparação entre o consumo de recursos e as emissões do elemento analisado com a área biologicamente disponível para produzir esses recursos e absorver essas emissões. Deriva do conceito biológico de que cada ser na cadeia alimentar necessita

de uma área para prover suas necessidades de água e alimento. No caso do ser humano, a área disponível deve prover todos os insumos da vida moderna, como alimento, água, energia e insumos para a atividade econômica, bem como absorver os efluentes das atividades econômicas.

Produção Mais Limpa (P+L) – aplicação de uma abordagem integrada entre produção e consumo, com vistas à sustentabilidade, entendendo-se que há uma relação de influência e dependência recíproca entre essas duas dimensões da ação humana. A produção afeta o consumo (por exemplo, por meio de design de produtos e dos apelos do marketing), mas também o consumo afeta a produção (por exemplo, na medida em que as escolhas dos consumidores influenciam as decisões dos produtores). Há inúmeros casos relatados na literatura corrente sobre o assunto que mostra o poder do consumidor. Casos de boicote a determinados produtos que poluem o meio ambiente ou causam danos à saúde levaram as empresas a processos corretivos bem sucedidos.

Produção sustentável - incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais. Acredita-se que esta abordagem reduz, prevenindo mais do que mitigando, impactos ambientais e minimiza riscos à saúde humana, gerando efeitos econômicos e sociais positivos.

Produto - toda mercadoria, durável ou não-durável, colocada à venda no comércio.

Reciclagem – Retorno ao sistema de produção de materiais descartados (papel, vidro, latas etc.) ou restantes de processos produtivos e de consumo, para destiná-los à fabricação de novos bens com o objetivo de economizar recursos e energia.

Relação de consumo - envolve desde o anúncio de um produto por meio de folheto ou propaganda, à realização de orçamento e negociação para aquisição, mas não depende da efetivação da compra.

Serviços ambientais – benefícios gerados pelos ecossistemas naturais ou cultivados ao bem-estar do planet, como água, alimento, recursos genéticos e equilíbrio do clima.

Task Forces – mecanismos ativos do Processo de Marrakesh focados em temas específicos de PCS. São iniciativas voluntárias conduzidas pelos governos. Elas implementam projetos concretos e têm o objetivo de contribuir para a elaboração do *10-Year Framework of Programmes on SCP – 10YFP*.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ADEODATO, S., MONZONI, M., BETIEL, L. S., VILLELA, M. *Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo*. São Paulo: FGV RAE, 2011. Disponível em: http://www.iclei.org.br/polics/CD/P2_1_Referencias/6_Madeira/PDF31_FGV_RAE_Madeira%20de%20ponta%20a%20ponta.PDF

BIDERMAN, R. et al. (Org.) *Guia de compras públicas sustentáveis: o uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BRANDSMA, H.; EPPEL, J. *Produção e consumo sustentáveis: um enfoque internacional*. In: Mudando os padrões de produção e consumo: textos para o século XXI. RIBEMBOIM, J. (org.). Brasília: IBAMA, 1997. p.111-123.

BRASIL. *Brasil Maior: Inovar para competir, competir para crescer*. Plano 2011-2014. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/downloads/>

BRASIL. *Política de Desenvolvimento Produtivo*. MDIC, 2008. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio>

BRASIL. *Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999)*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=legislacao.index&idEstrutura=20&tipo=0>

BRASIL. *Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm

BRASIL. *Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm

BRASIL. *Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm

CETESB; PNUMA, *A produção mais limpa e o consumo sustentável na América Latina e Caribe*. São Paulo, 2004.

COLOMBIA. Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial. *Política Nacional de Producción y Consumo Sostenible*. Bogotá D.C. Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial. 2010. Disponível em: http://produccionmaslimpia.org/documentos/otros/polit_nal_produccion_consumo_sostenible%202010.pdf

COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. *Plano Nacional sobre Mudança do Clima*. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/169/_arquivos/169_29092008073244.pdf

CONFERENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Agenda 21*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575&idMenu=9065>

CRESPO, Samyra (coord.) *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: ISER/Ministério do Meio Ambiente, 2002, 2006)

D. MEADOWS., D. MEADOWS, J. RANDERS & W. BEHRENS. *Limites do crescimento: um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da Humanidade*. Tradução Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ERNST & YOUNG TERCO e FGV. *Brasil sustentável: crescimento econômico e potencial de consumo*, 2008. Disponível em: [http://ey.mobi/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_-_Crescimento_Economico_-_Atualizado/\\$FILE/PDF_potencial.de.consumo_port.2011.pdf](http://ey.mobi/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_-_Crescimento_Economico_-_Atualizado/$FILE/PDF_potencial.de.consumo_port.2011.pdf)

HUYBRECHTS, B.; DEFOURNY, J. *Explorando a diversidade do Comercio Justo na economia social*. In: Revista Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 44-55, jan/abr 2011. Disponível em: http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/article/view/1043/238

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>

INSTITUTO AKATU. *Pesquisa 2010: Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro*. São Paulo: Instituto Akatu, 2010.

IPEA. *Relatório de Pesquisa “Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para a gestão de resíduos sólidos”*. Brasília, 2010.

JOHNSON, P. W., (org.), *Comércio Justo e Solidário*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Instituto Pólis, (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 8), 2004.

MACEDO, L. V., FREITAS, P. G. (org.), *Construindo Cidades Verdes: Manual de Políticas Públicas para Construções Sustentáveis*: São Paulo: ed. ICLEI-Brasil, 2011

MASCARENHAS, G. C. C. *O movimento do Comercio Justo e Solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado*. Rio de Janeiro, 2007 (Tese de Doutorado em Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Desenvolvimento e Agricultura). Disponível em: http://www.ufrj.br/cpda/static/teses/d_gilberto_mascarenhas_%202007.pdf

MCDONOUGH, W., BRAUNGART, M. *Cradle to cradle*. New York: North Point Press, 2002.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. *Agenda 21 brasileira : ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional*. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/acoes2edicao.pdf

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. *Agenda 21 brasileira : resultado da consulta nacional / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional*. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/consulta2edicao.pdf

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Plano Nacional de Resíduos Sólidos: versão preliminar para consulta pública*. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.cnrh.gov.br/pnrs/documentos/consulta/versao_Preliminar_PNRS_WM.pdf

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional*. Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/03/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-01-10.pdf>

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1998 – Padrões de consumo para o desenvolvimento humano*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1998/chapters/>

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004 – Liberdade cultural num mundo diversificado*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>

SCHNEIDER, J. W. *Pesquisa mundial de comércio justo*. (Série Mercado). Brasília: Sebrae, 2007. Disponível em: <http://www2.ba.sebrae.com.br/banco/documentos/biblioteca/comercio%20justo.pdf>

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe media ou nova classe trabalhadora?*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

THE WORLDWATCH INSTITUTE. *Estado do Mundo – Transformando culturas: do consumismo à sustentabilidade*, 2010. Disponível em: <https://docs.google.com/leaf?id=0B-Z76NYJxgP6MTM2NTM4OWUtMWI3Zi00MTNjLWFkYzgtZDI0MmQ2NWQzNjVj&sort=moddate&desc=true&layout=grid&pid=0B-Z76NYJxgP6N2QzZTZjMzYtOTJjYi00ODMwLTgyYzgtNzQyNDgzZmZmOTgx&cin dex=1>

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Acórdão Nº 1752/2011, que faz recomendações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal a adotarem medidas para o aumento da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais, em especial energia elétrica, água e papel e trata especialmente dos Programas : Programa de Eficiência do Gasto – MPOG, Agenda Ambiental na Administração Pública – MMA, e Procel Eficiência Energética em Prédios Públicos – MME*. Disponível em: http://jacoby.pro.br/novo/uploads/sustentabilidade/juris/eficientiza_o_energ_tica//tcu_ac_rd_o_n_1752_2011_plen_rio.pdf

UNEP. *Sustainable Consumption and Cleaner Production: Global Status 2002*. Paris: UNEP DTIE, 2002. Disponível em: <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/3211-GlobalStatus02.pdf>

UNEP. *Frequently Asked Questions: The Marrakesh Process*. Paris: UNEP DTIE, 2009. Disponível em: <http://www.unep.fr/scp/publications/details.asp?id=DTI/1177/PA>

UNEP. *ABC of SCP: Clarifying concepts on Sustainable Consumption and Production*. Paris: UNEP DTIE, 2010. Disponível em: <http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/ABC%20of%20SCP%20-%20Clarifying%20Concepts%20on%20SCP.pdf>

UNEP. *Here and now! Education for Sustainable Consumption: Recommendations and Guidelines*. UNEP, 2010. Disponível em: <http://www.unep.fr/scp/marrakech/taskforces/pdf/H&NMay2010.pdf>

UNEP. *SCP Indicators for Developing Countries: A Guidance Framework*. Paris: UNEP DTIE, 2008. Disponível em: <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx1085xPA-SCPIndicatorsEN.pdf>

UNEP. *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. UNEP, 2011. Disponível em: <http://www.unep.org/greeneconomy/GreenEconomyReport/tabid/29846/Default.aspx>

UNESCO. *UN Decade of Education for Sustainable Development 2005 – 2014 - The DESD at a glance*. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001416/141629e.pdf>





Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA